

SUMARIO

- 513 — Recordando ...
- 515 — Relatório da Conferência (1962 a 1965) —
PADRE TIAGO G. CLOIN, C.S.S.R.
- 531 — Declaração dos Superiores e Superiores Maiores
Religiosos do Brasil
- 532 — Assembléia dos Superiores e Superiores Maiores
— PADRE TIAGO G. CLOIN, C.S.S.R.
- 545 — Análise do Balanço da CRB 1964-1965 —
IRMÃO FRANCISCO ALBERTO, F.S.C.
- 546 — Superiores Maiores que participaram da VII As-
sembléia-Geral da CRB
- 551 — Encontro Das Madres Gerais e Provinciais —
FREI FRANCISCO XAVIER BOCKEY, O.F.M.
- 558 — Consultas — XI: *Religiosas que dirigem carro*
— FREI FRANCISCO XAVIER BOCKEY, O.F.M.

Carta do Sr. Cardeal Prefeito da S.C.R., 514 — O fenômeno da pluralização obriga a pastoral à adaptação (*Curso de Pastoral GB*), 556 — Note e Anote: *Curso de formação de responsáveis da Liturgia (10 de janeiro a 11 de fevereiro de 1966)*, 560; *Conclusões da II Semana de Pastoral, em Valinhos*, 561; *Instituto de Latindade*, 564; *III Congresso Brasileiro de Serviço Social*, 565 — CERIS-Rio informa, 566 — Dimensão comunitária da Liturgia (*II Semana de Pastoral em Valinhos*), 568 — Em que consiste o fenômeno da urbanização (*gráfico, segundo Fourastier*), 570 — Pelas Revistas, 571 — Recensões bibliográficas, 575

Recordando..

PASSADOS os dias trabalhosos da preparação e realização da Assembléia dos Superiores Maiores, entrou a sede central da Conferência dos Religiosos do Brasil numa calmaria igualmente angustiante. Cá e lá caem das pastas, que sobreviveram às labulas daquele tempo, cédulas, papelinhos e fôlhas como para recordar a importante reunião que já se foi; sim, mas para lembrar também a grande responsabilidade que os membros da CRB assumiram com relação à nova época que ora se inicia. Telegramas anunciaram ao Santo Padre, ao Cardeal Prefeito da Sagrada Congregação dos Religiosos, ao Exmo. Sr. Núncio e à Conferência Nacional dos Bispos os propósitos dos superiores maiores de levar avante as tarefas concernentes aos religiosos e à Igreja no Brasil.

AS PALAVRAS voam, mas os escritos ficam! — Não é apenas para recordar o velho rifão, mas para fixar em rápidos traços os assuntos principais tratados na Assembléia de 1965 que êste número de nossa Revista abriu suas páginas para acolher o mais importante. Achemos que, recordando, prestaremos um serviço aos superiores maiores que estiveram presentes e, sobretudo, aos que não puderam vir. Além disso, julgamos também de nosso dever informar, de alguma maneira, a todos os religiosos dêste Brasil afóra, por serem êles que precisam mais dos nossos cuidados e das nossas atenções.

RECORDANDO, encontra-se o nosso pensamento com Sua Excelência Reverendíssima Dom Martinho Michler, O.S.B., que, com sua autoridade abacial e prelatícia, durante onze anos, respondeu pela marcha da CRB como seu Presidente. Ao entregar o bastão a seu digno sucessor, o Revmo. Padre Antônio Aquino, DD. Provincial dos Padres Jesuítas, do Rio, pode estar seguro do dever cumprido e da gratidão de todos os religiosos do Brasil. Alinejamos-lhe os mais copiosas bênçãos do céu, pedindo, ao mesmo tempo, que continue a velar pelo progresso da CRB. Os nossos agradecimentos estendem-se, igualmente, a todos os demais padres e madres que deixaram a Diretoria.

O PRESENTE fascículo trará em primeiro lugar o relatório referente às atividades e serviços da CRB no último triênio. O Padre Secretário-Geral expõe o que foi feito e o que resta a fazer. Um apanhado sôbre a própria Assembléia, que vem a seguir, ilustra e completa as explicações feitas por Sua Reverendíssima. Numa breve declaração final, os próprios superiores maiores condensaram os seus pensamentos e propósitos.

TERMINADA a Assembléa, demoraram-se as madres gerais e provinciais, por mais três dias, para ouvir algumas palavras de esclarecimento e orientação. Daí o pequeno resumo com as conclusões e votos que ficarão como lembrança daquela reunião.

OS RELATÓRIOS atinentes aos Departamentos da Assistência à Saúde e do Serviço e Assistência Social, como os elaborados pelas seções estaduais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais a serem publicados no próximo número não puderam ser lidos no plenário. Não duvidamos, porém, que para muitos sirvam de estímulo e de matéria a ser estudada profundamente.

POR fim, face ao seu particular significado, juntaremos algumas referências sobre a atividade do CERIS e os novos dados estatísticos, pacientemente coligidos pelo competente Departamento aos cuidados de uma pléiade de Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado.

QUEIRAM os leitores aceitar todos estes trabalhos como expressão da boa vontade dos que colaboraram, pois recordando é que se gravam as coisas.

A REDAÇÃO

CARTA DO SR. CARDEAL PREFEITO

É o seguinte o teor da carta (Prot. AG. 2460/65) expedida pela Sagrada Congregação dos Religiosos, com data de 29 de julho último, e endereçada ao Sr. Pe. Tiago G. Cloin, C.S.S.R., Secretário-Geral da CRB:

Com grande satisfação recebi as expressões de generosa fidelidade que me dirigiu a Assembléa dos Superiores Maiores do Brasil.

Alegro-me em poder exprimir a todos os Religiosos dêsse Território a gratidão dêste Sagrado Dicastério pelo trabalho realizado em prol da Santa Igreja, na fidelidade à vida religiosa, e faço votos que a importante Assembléa tenha contribuído a tornar mais íntimos os laços entre os Religiosos, unindo-lhes as fôrças para um apostolado mais eficaz; e de todo o coração envio a V. Revma. e a todos os Religiosos do Brasil uma saudação particular cheia de bênçãos do Senhor.

Dedicadíssimo em Cristo Jesus

(a) I. Card. ANTONIUTTI
Pref.

Relatório da Conferência

— 1962 a 1965 —

Pela primeira vez, na história da Conferência, a Assembléia dos Superiores e Superiores Maiores, que costumava reunir-se anualmente, se reúne só depois de três anos. Assim deliberou a última Assembléia de 1962. Esta circunstância coloca a Diretoria da Conferência, ao apresentar o relatório de sua gestão, em uma situação bastante difícil. Como relatar — conforme costumávamos fazer — os acontecimentos e as atividades da Conferência, que durante êste triênio se acumularam, sem abusar demais da paciência do auditório e por outro lado sem perder de vista, pelo acúmulo de pormenores, as grandes linhas? Acresce que os superiores maiores, particularmente aquêles que participam pela primeira vez de uma Assembléia da Conferência — e não serão poucos — esperam da Diretoria uma clara exposição dos principais problemas perante os quais a Conferência em geral, e a Diretoria em particular, se vê colocada e sôbre os quais a Assembléia deverá pronunciar-se.

Dividimos a nossa exposição em quatro partes: 1) as relações com a CNBB; 2) a Diretoria e Comissão Executiva; 3) as Seções Estaduais e 4) os Departamentos.

I — RELAÇÕES COM A CNBB

As relações da Conferência dos Religiosos com a Conferência Nacional dos Bispos neste triênio constituem um capítulo à parte na vida da CRB.

Nos primeiros anos de nossa Conferência, fundada em 1954, passaram estas relações por momentos bastante críticos. De 1959 em diante, porém, começaram a melhorar progressivamente, de forma que em 1962 já o Secretário da CNBB podia declarar aos superiores e superiores maiores,

Relatório apresentado pelo Secretário-Geral da CRB, em 21 de julho de 1965, primeiro dia de trabalhos da VII Assembléia dos Superiores Maiores Religiosos do Brasil.

reunidos em Assembléia, que as duas Conferências estavam maduras para marchar juntas. Como expressão do novo clima de entendimento foi criada uma Comissão mista das duas Conferências, tendo por Presidente o Presidente da CNBB e por membros o Secretário e Subsecretário da CNBB, e o Vice-Presidente e o Secretário-Geral da CRB. Do trabalho desta Comissão resultou no fim do mesmo ano uma iniciativa comum de grande envergadura: a fundação do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), que já se tornou o mais importante instrumento de planejamento pastoral no Brasil. No ano passado, quando da reunião da Comissão Central da CNBB, declarou o Secretário da Conferência dos Bispos que existia entre as duas Conferências, na cúpula, perfeito entendimento.

Entendimentos

Atualmente, os contatos entre a CNBB e CRB são frequentes, cordiais e francos. Não há assunto importante, referente aos religiosos, tratado pela CNBB, que não seja conversado antes entre elementos da Comissão Executiva da CNBB e CRB. O Secretário-Geral da CRB é convidado habitualmente a participar nas reuniões em que os secretariados nacionais e regionais da CNBB planejam a pastoral do Brasil. Em nível nacional já criamos o hábito de dialogar.

Também em nível regional os entendimentos estão progredindo, particularmente na Região Sul I (Estado de São Paulo), na Região Sul II (Estado do Paraná), onde o Secretário da seção estadual da CRB é simultaneamente Subsecretário da CNBB Regional, e na Região Leste II (Estado de Minas Gerais), onde existe um adiantado entrosamento de atividades das duas Conferências. Na Região Sul III (Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina) realizou-se, no ano passado, a primeira reunião na história da Igreja no Brasil — e quiçá do mundo — de todos os superiores e superiores maiores e de todo o Episcopado da Região. As conclusões desta reunião, porém, infelizmente não corresponderam às expectativas dos superiores maiores.

Uma das principais dificuldades para o diálogo entre as duas Conferências em nível regional é que a CRB não tem, até agora, um órgão regional de *superiores maiores* para dialogar com o Episcopado da Região. A criação de seções regionais da Conferência poderá entretanto resolver esta dificuldade.

A Região Nordeste — recentemente subdividida em três — constitui um caso à parte. Aqui religiosos e religiosas, inclusive superiores maiores, participam anualmente no grande encontro de planejamento da pastoral do Nordeste. As madres gerais e provinciais da Região, em entendi-

mento com a Diretoria da Conferência, costuma depois reunir-se para revisar, na base deste planejamento, o plano de apostolado de suas províncias. Quando de 20 a 30 de abril deste ano, se organizou, em Natal, um curso de atualização pastoral para bispos, em que participaram 36 preladados, o Secretário-Geral da Conferência, que integrava a equipe de professores, foi incumbido do tema "A atuação pastoral do Bispo junto aos Religiosos e Religiosas".

Entrosamento

Deste mútuo entendimento originou-se o *entrosamento de atividades* das duas Conferências. Solicitada pela CNBB, organizou e realizou a CRB, no ano passado, os estudos preparatórios para a criação do Secretariado Nacional da CNBB de Apostolado das Religiosas e colaborou na preparação dos projetos da pastoral educacional e do setor de saúde, partes integrantes do novo Plano de Pastoral da CNBB. O clima de entendimento e entrosamento entre as duas Conferências em nível nacional está pois se manifestando de modo particular na preparação deste Plano. Já no ano passado a Comissão Central da CNBB se propôs solicitar a colaboração da CRB no planejamento de pastoral, o que não acontecera na preparação do Plano de Emergência. O anteprojeto do novo Plano, em cuja elaboração o Secretário-Geral da CRB participou, foi aprovado, no mês passado, pela Comissão Central da CNBB que, ao encerrar sua reunião, comunicou em nota oficial, divulgada pela imprensa, que este anteprojeto será enviado não apenas a todos os bispos, mas também à Conferência dos Religiosos "para que se recebam oportunamente as sugestões que venham a melhorá-lo ou completá-lo". Quando uns dias depois, o Secretário da CNBB, Dom José Gonçalves da Costa, veio apresentá-lo na reunião da Diretoria da CRB, os tópicos referentes aos religiosos foram amplamente discutidos e as principais observações comunicadas por escrito à CNBB. Amanhã, à tarde, virá o mesmo Secretário da CNBB apresentar pessoalmente o anteprojeto aos superiores e superiores maiores que, depois, poderão, assessorados por seus especialistas, estudá-lo com calma e enviar as suas observações e sugestões à CNBB, através de nossa Conferência.

Institucionalização

As relações entre as duas Conferências, não se limitam porém a simples entendimento e entrosamento. Já estamos caminhando para a *institucionalização* dos mesmos através da criação de serviços comuns, mantidos por ambas as Conferências.

O primeiro serviço deste gênero é o já mencionado *CERIS*, cuja influência e prestígio já se fazem sentir no exterior e lhe proporcionaram, recentemente, uma valiosíssima ajuda financeira das duas obras do Episcopado alemão; *MISEREOR* e *ADVENIAT*.

Uma segunda experiência de importância está, desde o ano passado, em preparação: a criação do *Serviço de Cooperação Apostólica Internacional* (SCAI), que atenda a todo o pessoal apostólico — clero secular, religiosos e leigos — que venham trabalhar no Brasil. O Serviço abrangerá três setores: acolhimento e aculturação, orientação sobre a área onde trabalhar e em que setor apostólico, e assistência posterior (espiritual, pastoral, jurídica e — se os meios o permitirem — também financeira).

A Diretoria da Conferência já está, desde muitos anos, dedicando particular atenção às congregações que vêm estabelecer-se em nosso País, dando-lhes assistência na preparação da primeira fundação e orientação quanto à escolha da área e setor apostólico em que vão trabalhar. Segundo os princípios e critérios da organização internacional "Pro Mundi Vita" — fundada alguns anos atrás e em cuja fundação a CRB desempenhou um papel decisivo — procuramos, sem sacrificar os legítimos interesses dos institutos religiosos, promover uma repartição mais inteligente do pessoal apostólico disponível sobre o território nacional, tomando como critério a prioridade de certas áreas demográficas e setores de pastoral. A utilidade, senão necessidade, deste serviço para os religiosos já se tem demonstrado abundantemente. O clero secular e os leigos que vêm do exterior estão sofrendo, mais ainda do que os religiosos, a falta de assistência e orientação, ao chegarem ao Brasil. Foram eles que, no ano passado, lançaram a idéia de as duas Conferências criarem um serviço comum para atender a todo o pessoal apostólico que vem para o Brasil. A Assembléia da CNBB já aprovou em primeira instância o plano, e a Comissão Central acaba de decidir pôr em execução o mesmo.

A Diretoria da Conferência julgou oportuno dar, *ad referendum* da Assembléia, seu apoio à criação do Serviço, que já está funcionando, embora de forma precária, aguardando a indicação do Diretor do Serviço, a ser nomeado por mútuo entendimento entre as duas Conferências.

O *Secretariado do Apostolado das Religiosas*, criado recentemente pela CNBB, constitui um caso todo especial. Convencida do caráter particularmente delicado deste Secretariado, por não poder funcionar eficientemente se lhe faltar o apoio e colaboração da CRB, e mais ainda das superiores maiores, a Comissão Executiva da CNBB propôs à CRB, a fim de garantir este apoio e colaboração: que todo o pessoal que vier trabalhar neste Secretariado seja nomeado em mútuo entendimento pelas duas Conferências e seja responsável perante ambas. Seria, portanto, praticamente um Secretariado comum às duas Conferências. O Secretário da CNBB acaba de nos confirmar esta proposta, que necessitará porém da

confirmação da Assembléia da Conferência dos Bispos, a realizar-se brevemente em Roma.

A Diretoria de nossa Conferência sugere que a Assembléia se pronuncie claramente a respeito da linha a seguir com relação ao entrosamento de atividade das duas Conferências, pois, pela aproximação já existente entre ambas, outros semelhantes casos surgirão brevemente, sobretudo no que se refere às relações entre os departamentos da CRB e os secretariados nacionais da CNBB.

II — A DIRETORIA NACIONAL E A COMISSÃO EXECUTIVA

A Diretoria nacional, assessorada pela Comissão Executiva, teve, durante os últimos três anos, uma atuação particularmente intensa.

A Diretoria nacional

Embora o assunto não estivesse previsto na agenda, resolveu, a última Assembléia, celebrada em 1962, que a mesma passasse a se reunir apenas de três em três anos. O motivo alegado foi principalmente as grandes despesas de viagem dos superiores maiores. Também as dificuldades de trabalhar frutuosamente e em profundidade com um número tão grande de participantes deve ter tido a sua influência na decisão. A Diretoria da Conferência, satisfeita enquanto esta resolução significava para ela um expressivo voto de confiança, sentiu porém que esta diminuição de contato com os superiores maiores iria aumentar notavelmente sua responsabilidade. A fim de repartir de outra forma com superiores maiores esta sua responsabilidade pela gestão da Conferência, propôs — e a Assembléia aprovou — a criação de cinco comissões de superiores maiores (de Disciplina, Pastoral e Vocações, Educação, Assistência Social e à Saúde, e de Finanças) que anualmente, assessoradas por especialistas, estudassem um determinado assunto referente aos religiosos, ajudando assim a Diretoria no governo da Conferência. Estas comissões, porém, não funcionaram, de forma que os nove membros da Diretoria arcaíram, durante os últimos três anos, com toda a responsabilidade pela Conferência em nível nacional.

O cargo de membro da Diretoria não é uma *sine cura*. Pontualmente, no terceiro sábado de cada mês, a Diretoria se reúne, na parte da tarde, durante três a quatro horas, deliberando sobre os diversos assuntos e problemas da Conferência. A pauta é preparada pela Comissão Executiva e comunicada com antecedência a todos os membros. Entre os assuntos de

maior importância tratados pela Diretoria, mencionamos: a elaboração de um grande relatório, solicitado pela Sagrada Congregação dos Religiosos em vista do Concílio Ecumênico, sobre a própria Conferência e sobre a situação, dificuldades, problemas, esperanças e perspectivas dos religiosos do Brasil; e outro semelhante, por solicitação da União Romana de Superiores Gerais, sobre as religiosas em particular. A Diretoria apresentou à CNBB um texto sobre os princípios que regem as relações entre bispos e superiores maiores no que diz respeito ao apostolado dos religiosos e religiosas, texto este que a CNBB encaminhou, para um estudo aprofundado, à Comissão Nacional de Teologia. Elaborou igualmente orientações para renovação do apostolado dos religiosos.

Sobre pressão das circunstâncias, tomou a Diretoria uma série de decisões de grande envergadura, que normalmente deviam ter sido submetidas a um pronunciamento da Assembléia. Resolveu integrar inteiramente o nosso Departamento de Estatística no Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), tomando o compromisso — como também a CNBB o fez — de contribuir mensalmente com Cr\$ 1 500 000 para a sua manutenção. Iniciou, como já vimos, negociações que conduzem à criação do Serviço de Cooperação Apostólica Internacional (SCAI), comum às duas Conferências. Depois de várias reuniões e consultados numerosos especialistas em matéria de finanças, resolveu não aceitar uma oferta de empréstimo de 20 milhões de dólares, perfeitamente cônica da imensa responsabilidade perante os institutos religiosos, e até perante a Igreja no Brasil, tanto pela aceitação como pela não aceitação do mesmo. Pressionada pela falta de espaço na sede da Conferência, efetuou compra de uma nova sede, no valor de Cr\$ 130 000 000, pagáveis em dois anos, a ser ocupada no início do próximo ano. Não podendo porém esperar tanto tempo, comprou, para desafogar a atual sede, um pequeno andar de um prédio situado no Largo da Carioca, no valor de Cr\$ 24 000 000, para onde acabamos de transferir o Serviço de Procuradoria e os Departamentos de Vocações e de Assistência à Saúde.

Em vista de tão grande responsabilidade, a Diretoria apresentará à Assembléia várias propostas que visam uma maior eficiência de seu funcionamento e a repartição de responsabilidade sobre um maior número de superiores maiores.

A Comissão Executiva

A Diretoria é assessorada pela Comissão Executiva — que podemos chamar o nervo da Conferência — chefiada pelo Secretário-Geral e atualmente composta de oito sacerdotes, entre os quais os vários diretores de departamento. São eles que costumam em equipe estudar casos que ocorrem na vida da Conferência, preparam a agenda da reunião mensal da Di-

retoria, na qual participam como assessôres, e põem depois em execução as resoluções tomadas pela mesma.

São principalmente o Secretário-Geral, o Subsecretário e o Diretor do Departamento Jurídico que vêem grande parte de seu tempo tomado pelo atendimento às numerosas pessoas que recorrem à Conferência para os mais variados assuntos de ordem religiosa, merecendo particular menção o atendimento aos estrangeiros, entre os superiores de institutos religiosos e representantes de organizações católicas internacionais. Uma volumosa correspondência lhes absorve praticamente o resto do tempo disponível.

O subsecretário, Padre Pascoal Filippelli, S.D.B., da província salesiana de São Paulo, substitui o Secretário-Geral nas suas ausências e é, habitualmente, sua mão direita nas mil e uma coisas que ocorrem na Conferência. Mencionemos, apenas, à guisa de exemplos: desempenhou, com pleno êxito, várias missões delicadas e confidenciais junto a religiosos e bispos, restituiu à Revista da Conferência sua exata periodicidade, quando por falta de um Redator-Chefe, durante um meio ano, ela estava saindo com dois meses de atraso, acompanhou e estimulou no setor educacional o movimento de escolas de pais, etc.

No último meio ano, a Diretoria e a Comissão Executiva trabalharam principalmente na preparação de nossa Assembléia, elaborando os projetos, enviados por circular mensal a todos os superiores e superiores maiores. A fim de garantir a maior eficiência possível da Assembléia, promoveu em várias regiões do País encontros de superiores maiores para estudarem com antecedência os principais assuntos a serem tratados. O Diretor do Departamento Jurídico compareceu nas reuniões na Guanabara, Salvador e Recife; e o Secretário-Geral em Curitiba, Belo Horizonte e, aproveitando a reunião anual das madres gerais e provinciais do Nordeste, também em Natal. Nas seções estaduais do Rio Grande do Sul e de São Paulo a Diretoria da própria seção incumbiu-se de organizar o encontro.

Também em outras oportunidades, interesses da Conferência têm reclamado a presença da Comissão Executiva. O Diretor do Departamento de Vocações organizou o primeiro Encontro Nacional de Orientadores Vocacionais, em Morungaba, São Paulo, que teve repercussão no País inteiro, e participou nos encontros vocacionais regionais em Curitiba, São Paulo, Guanabara, Goiânia e Fortaleza. O Diretor do Departamento de Assistência à Saúde representou a Conferência no Congresso Internacional do CICIAMS em Lisboa e no VI Congresso Brasileiro de Enfermagem em Salvador, e presidiu a reuniões de religiosas enfermeiras em Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Petrópolis e Niterói. Em vista da uniformização da contabilidade da Conferência, o Economista visitou as filiais de serviços em Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza e Belém.

O Secretário-Geral viaja todos os anos à Europa principalmente para tratar assuntos da Conferência com a Sagrada Congregação dos Religiosos e para promover a vinda de novos institutos religiosos para o Brasil.

A experiência nos tem ensinado que, em virtude da complexidade da vida da Conferência e do volume de suas atividades no campo temporal e apostólico, a atitude tomada pela Diretoria perante as mais variadas situações nem sempre pode ser explicada tão adequadamente por correspondência, por mais pormenorizada que seja, que não surjam equívocos. Além disso, a certos casos a Sagrada Congregação não costuma dar resposta senão oral.

Costuma o Secretário-Geral aproveitar sua viagem para outros assuntos de interesse da Conferência, renovando sistematicamente os contatos com a Conferência dos Religiosos da Espanha, França, Bélgica, Holanda e Alemanha. Em Roma teve, em 1963 e 1964, a oportunidade de fazer uma exposição aos superiores e superiores gerais que têm casa no Brasil, sobre a renovação da pastoral da Jerarquia e do apostolado dos religiosos no Brasil, decorrente da peculiar conjuntura sócio-religiosa em nosso País. Participou, em três anos consecutivos, no Congresso Internacional do "Pro Mundi Vita" em Maastricht, Essen e Lovaina, abrindo caminho para maior ajuda em pessoal apostólico para o Brasil. Do contato anual com a MISEREOR em Aachen e com a ADVENIAT em Essen resultou, recentemente, a já mencionada valiosa ajuda financeira para o CERIS.

O prestígio que a Conferência conquistou progressivamente no exterior continua crescendo; do qual são prova os freqüentes convites, às vezes com viagem paga, para participar em encontros internacionais de alto nível. Em 1962, em Washington, e em 1963, em Cuernavaca no México, a Conferência tomou parte ativa no Encontro de Superiores Maiores dos Estados Unidos e Canadá com representantes dos países latino-americanos, tratando sobre a intensificação da vinda de religiosos daqueles países para o nosso hemisfério. Em 1964, participou no primeiro Congresso de Cooperação Apostólica Internacional em Chicago, onde a Conferência apresentou uma exposição sobre a pastoral de conjunto dos bispos do Nordeste. A convite da Conferência dos Religiosos do Canadá, fez o Secretário-Geral uma série de conferências a superiores maiores e comunidades religiosas nas cidades de Ottawa, Montreal e Toronto, sobre as necessidades espirituais e possibilidades apostólicas no Brasil, e participou, o ano passado, na Assembléia-Geral da Conferência canadense que celebrava seu X aniversário. O resultado destes contatos podem-se medir pelo ritmo acelerado com que religiosos e religiosas dos Estados Unidos e do Canadá estão chegando ao Brasil.

Com os países latino-americanos a Conferência mantém relações, particularmente através da Confederação Latino-Americana de Religiosos (CLAR), de cuja Junta Diretiva fazem parte três religiosos do Brasil, que representaram a Conferência nas reuniões da CLAR em 1962 em Buenos Aires e em 1965 em Caracas. Em 1963 organizou nossa Conferência a Assembléia-Geral da CLAR, celebrada no Rio de Janeiro.

III — AS SEÇÕES ESTADUAIS

Desde a sua fundação, estava a Conferência convencida de que não era possível tornar-se presente em todo o território nacional, atuando apenas através de sua sede no Rio de Janeiro. Conseqüentemente, decidiu-se pela sua descentralização, criando em cada um dos Estados da Federação uma seção estadual que atuasse junto aos religiosos do Estado através de departamentos e serviços.

A enorme extensão do País, porém, a diferença da importância demográfica e a desigual densidade de religiosos nos diversos Estados foram circunstâncias que dificultaram a execução integral do plano.

Atualmente, está funcionando uma filial de serviços da Conferência nas seguintes capitais: Pôrto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza e Belém. Embora as filiais estejam, sem dúvida, prestando relevantes serviços aos religiosos das respectivas regiões, contudo não lhes ignoramos as falhas, em grande parte inerentes a uma organização destas proporções, e confessamos que ainda não chegamos a satisfazer aos desejos de todos.

Nos Estados com maior número de religiosos conseguimos liberar um religioso sacerdote que atenda, com tempo integral ou pelo menos com meio expediente, aos religiosos, e organize e coordene as atividades da Conferência no campo da formação e do apostolado, como no Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e, recentemente, na Bahia. Em outros Estados a presença da Conferência é mais modesta, embora real, como em Santa Catarina, Espírito Santo e no Ceará, onde a seção estadual organiza periodicamente cursos especializados, principalmente para religiosas. Nos demais Estados a presença da Conferência se restringe praticamente à reunião mensal das Religiosas na capital. Em alguns Estados a presença da Conferência é puramente simbólica.

Não se pode negar que as seções estaduais tenham contribuído notavelmente para a realização dos objetivos da Conferência, principalmente na Região Centro-Sul. De outro lado, é igualmente inegável que a Conferência ainda não logrou tornar-se bastante presente em todo o território nacional.

Esta situação se explica facilmente. Há uma grande área que abrange os Estados do Norte e Centro-Oeste, cuja integração na vida nacional deixa ainda muito a desejar, com inevitáveis conseqüências para a vida da Igreja. Não é de estranhar que nesta área a Conferência dos Religiosos, como a dos Bispos, encontre particulares dificuldades para seu normal funcionamento. Além disso, existe fora desta área, em alguns Estados, principalmente no Nordeste, que têm um número de religiosos pequeno demais para poderem organizar uma seção estadual dinâmica. Há, porém, um motivo mais adequado que explica a insuficiência das nossas seções estaduais e vale inclusive para as seções do Centro-Sul. Enquanto a CRB-

-Nacional é a Associação dos Superiores e Superiores Maiores, corresponde a seção estadual à dos superiores e superiores locais. Com o sistema de divisão da Conferência por Estado, não havia outra solução. Tal sistema, porém, apresenta gravíssimas inconveniências, a ponto de nem poder funcionar satisfatoriamente, pois os superiores locais em geral não têm competência para resolver certos problemas básicos, como por exemplo o da cessão de religiosos para a seção estadual.

Se quisermos que a Conferência esteja presente em todo o Brasil, será necessário adotarmos um outro sistema de descentralização. Em primeiro lugar é necessário que, em vez dos superiores locais, os próprios superiores maiores assumam a responsabilidade pela seção e, segundo, que adotemos como critério de descentralização não a divisão política por Estado, mas uma divisão por Região, que constitua uma unidade sócio-religiosa, abrangendo eventualmente mais de um Estado.

É neste sentido que a Diretoria apresentará à Assembléia o projeto de uma nova divisão da Conferência. A divisão proposta corresponde exatamente à divisão geográfica da Conferência dos Bispos. Julgamos que esta coincidência de divisão poderá contribuir notavelmente para aprimorar o entendimento e entrosamento das duas Conferências. A Diretoria da seção regional da CRB estará à altura para poder dialogar com o secretariado regional da CNBB.

Embora também esta divisão tenha as suas inconveniências, principalmente pelo fato de a jurisdição dos superiores maiores, muitas vezes, não coincidir com os limites da Região em que residem, contudo não duvidamos que, com as modalidades com que a Diretoria a propõe, ela atende muito melhor às necessidades do Brasil do que a atual divisão em seções estaduais. Temos outrossim a convicção de que a grande maioria das Regiões estará em condições de organizar uma seção regional dinâmica. Muito, senão tudo, dependerá da liberação de religiosos para a seção. Isto será a pedra de toque da seriedade com que os superiores maiores assumirem a responsabilidade pela seção regional.

A Diretoria da Conferência julga que a deliberação sobre a divisão da CRB em seções regionais, assumidas pelos superiores maiores da respectiva Região, constitui o ponto central desta Assembléia, por estar convencida de que esta reestruturação da Conferência poderá significar o início de uma fase, perfeitamente nova, na vida da CRB.

IV — OS DEPARTAMENTOS E SUAS ATIVIDADES APOSTÓLICAS

Deixando de lado toda a parte econômico-financeira e as atividades dos serviços da Conferência, sobre as quais o Economista da CRB apresentará um relatório à parte, limitar-nos-emos aqui aos departamentos e atividades apostólicas da Conferência.

Os departamentos

Os departamentos da Conferência, órgãos de atividades apostólicas específicas, são, no momento, oficialmente os seguintes: 1) de Estatística; 2) Jurídico-Canônico; 3) de Vocações; 4) de Assistência à Saúde; 5) de Pastoral; 6) de Assistência e Serviço Social; 7) de Catequese; 8) de Imprensa e 9) de Educação e Ensino.

O grau de funcionamento e dinamismo dos departamentos é bastante desigual.

— Os quatro primeiros estão funcionando satisfatoriamente:

1. O Departamento de *Estatística*, confiado às Missionárias de Jesus Crucificado e desde 1962 integrado no Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), ocupou, no fim do ano passado, sua nova sede à Rua Dr. Júlio Ottoni, 571, em Santa Teresa, Rio. Pela integração no CERIS que abrange quatro Seções (de Estatística Religiosa — de Investigação Sócio-Religiosa — de Investigação Sócio-Econômica e de Formação Social), o acervo de dados do nosso Departamento, colecionados desde 1954, quando a Conferência nasceu, começou a ser plenamente aproveitado e valorizado pelos estudos da Seção Sócio-Religiosa. A Seção de Estatística está preparando no momento a edição do "Anuário Católico do Brasil", que reunirá, numa só obra, o Anuário da CNBB e o da CRB, cujo lançamento está previsto para o início do próximo ano.

2. Também o Departamento *Jurídico-Canônico*, sob a direção do Frei Francisco Xavier Bockey, O.F.M., da província de Recife, está funcionando normalmente. O Diretor, que responde oralmente ou por escrito a inúmeras consultas canônicas, presta outrossim relevantes serviços aos religiosos do Brasil encarregando-se de elaborar ou revisar estatutos civis de entidades religiosas, contratos de obras, regras e constituições de congregações.

3. O Departamento de *Vocações*, desde o ano passado com novo titular na pessoa do Padre Odílio Onofre, C.S.S.R., da província de São Paulo, está tendo penetração no Brasil inteiro, como consequência do primeiro Encontro Nacional de Orientadores Vocacionais, organizado em Morungaba, São Paulo, ao qual sucedeu uma série de encontros de âmbito regional. Em Morungaba iniciou-se o entrosamento com o Clube Serra do Brasil, e foi elaborado um vasto plano trienal de promoção vocacional que está sendo executado por intermédio das equipes regionais, já estabelecidas de Norte a Sul. Os primeiros passos de entendimento e entrosamento com o Secretariado Nacional da CNBB de Vocações já foram dados. O Departamento, porém, ainda não conseguiu dar adequada atenção às vocações femininas, por falta de uma religiosa competente que, sob a orientação do Diretor, assumia este setor.

4. O Departamento de *Assistência à Saúde*, tradicionalmente confiado às Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, tem desde o ano passado por Diretor o Padre Lydio Milani, Camiliano da província de São Paulo, o qual logrou imprimir-se um ritmo mais dinâmico. Fêz um levantamento sobre os principais problemas do apostolado das religiosas no setor saúde, particularmente sobre a situação dos hospitais e escolas de enfermagem e sobre a situação do pessoal religioso que trabalha nesse setor. Na base do resultado deste levantamento elaborou para o Departamento um plano de ação que está sendo executado através de cursos e encontros de religiosas enfermeiras, organizados em seis diferentes Estados da União.

— Dois Departamentos não estão funcionando senão precariamente :

5. O Departamento de *Pastoral*, cujo responsável é o próprio Secretário-Geral, tinha inicialmente o nome de Departamento das Santas Missões. Para poder funcionar com esta finalidade específica, faltava-lhe, porém, naquele tempo, o indispensável entrosamento com a CNBB, que recentemente criou o Secretariado Nacional de Pastoral Especial que se ocupa de modo particular com a pastoral das santas Missões. O nosso Departamento de Pastoral, além de organizar alguns cursos e encontros de pastoral, fundou em São Paulo o Instituto de Pastoral da CRB, destinado aos sacerdotes religiosos que, conforme a Constituição *Sedes Sapientiae*, devem fazer, depois do curso teológico, um ano de formação pastoral. A eleição do titular do Departamento para o cargo de Secretário-Geral da Conferência não podia deixar de ter consequências negativas para o Departamento.

6. O Departamento de *Assistência e Serviço Social* está numa situação análoga. Nos primeiros anos de sua existência teve uma atuação muito eficiente e de âmbito nacional, dando assistência, através de visitas, às escolas de serviço social, dirigidas por religiosas, nos diversos Estados. Desde, porém, que sua Diretora, Dona Aracy Cardoso, da Congregação das Filhas do Coração de Maria, ficou sobrecarregada com outros encargos, impossibilitando suas ausências do Rio, o Departamento não mais pôde manter sua influência inicial. E ainda não encontramos outra religiosa que lhe possa tomar a direção em nível nacional. Entretanto, dispondo êle de mais duas religiosas assistentes sociais, com meio expediente, está realizando apreciável trabalho no Estado da Guanabara e imediata vizinhança. Assim, organizou no ano passado, todos os sábados, à tarde, um curso de formação social de nível médio, e um curso ordinário, durante 18 meses, todos os dias na parte da manhã, para religiosas de formação primária. O Departamento integra o Conselho Nacional da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (sucessor do extinto SAM); participa nas reuniões bimensais do referido Conselho, como em todos os projetos referentes a obras de assistência ao menor, dirigidas por religiosas; cola-

bora, outrossim, com a Ação Social Arquidiocesana do Rio de Janeiro no planejamento do setor obras que abrange 289 obras sociais.

— Os três últimos departamentos estão praticamente parados :

7. O Departamento de *Catequese* deixou de atuar, já há vários anos, parcialmente por falta de entrosamento com a CNBB. Suas atividades foram progressivamente absorvidas pelo Instituto Superior de Pastoral Catequética, em cuja preparação nosso Departamento colaborou. A Diretora do Departamento, Madre Teresa du Christ Lizier, O.S.U., morreu em 1962 trágicamente numa viagem apostólica pelo interior.

8. O Departamento de *Imprensa* parou suas atividades por motivo totalmente diferente. Em 1962 Frei Matias Heidemann, O.F.M., da província de São Paulo, sucedeu a Frei Venâncio Willeke, O.F.M., no cargo de Diretor do Departamento que já tinha obtido grande aceitação junto aos religiosos, principalmente pelos cursos de jornalismo, organizados pelo Departamento. A Diretoria da Conferência, porém, não podendo deixar de aproveitar sua especialização de Contador profissional — especialização raríssima entre religiosos — incumbiu-o da fiscalização da parte contábil dos serviços da Conferência, inclusive nas seções estaduais. Absorvendo este trabalho todo o tempo disponível de Frei Matias, pararam praticamente as atividades do Departamento de Imprensa.

9. Finalmente o Departamento de *Educação e Ensino* que é, conforme o Estatuto da Conferência, a AEC do Brasil. O motivo fundamental por que a AEC — Associação de Educação Católica — enquanto Departamento da CRB, nunca funcionou, nem pode funcionar, é a diferença de estrutura das duas entidades. A AEC é a associação dos colégios católicos, não apenas de religiosos, mas também diocesanos e leigos. Além disso, seus associados não são superiores maiores mas diretores de colégios. A CNBB julgou oportuno, não obstante a existência da AEC, criar seu Secretariado Nacional de Educação, tomando nas próprias mãos a orientação pastoral da educação. É neste contexto que se coloca o problema se é conveniente ou não a CRB criar, por motivos análogos, seu próprio Departamento de Educação. Não se trata, portanto, de ignorar, desprestígiar, contrariar e, muito menos ainda, de extinguir a AEC, mas exclusivamente da conveniência ou não de os superiores maiores assumirem por si próprios a responsabilidade pela orientação apostólica de educação nos seus colégios, exatamente por esta orientação não ser da alçada de diretores de colégios e da AEC, mas dos superiores maiores e da CRB. A Assembléia competirá pronunciar-se sobre esta questão.

Não obstante as falhas e lacunas indicadas, os nossos departamentos desenvolveram durante este triênio notável atividade apostólica, atendendo

a pedidos de orientação, assistência e assessoria, e organizando cursos de âmbito nacional. Seria fastidioso enumerá-los aqui todos. No ano passado, quando ocorreu o X aniversário da Conferência, a Diretoria, em vez de celebrá-lo com solenidades externas, preferiu marcá-lo com um esforço particular em benefício dos religiosos do Brasil, organizando 17 cursos. Mesmo nos setores correspondentes aos departamentos que praticamente estão parados, a Conferência não ficou inativa. Mencionamos apenas, no setor de educação, o terceiro curso de Psicopedagogia para professores de seminário menor e o primeiro curso para religiosas; e no setor de Imprensa, o curso de Rádio e Televisão para religiosas, formando equipes para atuarem em programas de rádio e TV.

O Departamento de Formação

A maior lacuna, porém, que até agora existe no sistema dos nossos departamentos, é a falta de um departamento especial de formação que estude os problemas e promova a formação dos religiosos sob todos os seus aspectos — espiritual, doutrinário, profissional e apostólico — e organize os correspondentes cursos, em colaboração com os demais departamentos, cada um conforme sua especialização própria. Sendo a formação dos religiosos a base de toda vida regular e apostólica, como ainda o terreno em que a Conferência é autônoma com relação à CNBB, convém que a Conferência concentre de modo particular sua atenção sobre este setor.

O Departamento de Formação está em preparação. Já conseguimos liberar o titular que o dirija. Por ser vastíssimo o campo de sua atuação, abrangendo todas as categorias de pessoas e todos os tipos de formação, será oportuno pensar, desde o início, em uma futura divisão do Departamento em várias seções, cada uma com titular próprio.

Dois problemas gerais

Além do problema da falta de pessoal liberado, que já notamos falando sobre os Departamentos de Pastoral, de Assistência e Serviço Social, de Vocações e de Imprensa, há dois problemas gerais que merecem particular atenção da Assembléia. De sua solução dependerá em grande parte o aprimoramento das atividades espirituais e apostólicas da Conferência.

1. *Grupos de Reflexão.* — Até o momento atual, a Conferência ainda não dispõe de um sistema fixo de assessôres, que a ajudem no estudo e na reflexão sobre os problemas da Conferência e dos religiosos do Brasil. As comissões, instituídas para isto, não funcionaram, como já relatamos. Contudo, nos parece urgente organizar estes grupos de reflexão.

Presenciamos, nos últimos anos, uma rápida transformação de mentalidade, provocada no campo civil pela evolução — senão revolução — da situação nacional e no campo religioso pelo Concílio Vaticano II. Ambos estes acontecimentos, com profundas repercussões em tôdas as classes da sociedade e em todos os setores da vida, estão suscitando em muitos grandes esperanças e em outros grandes preocupações. Particularmente a nova visão teológica, em grande parte consagrada pelo Concílio, com suas repercussões sôbre tôdas as ciências sagradas, sôbre a vida da Igreja, tanto *ad intra* como *ad extra*, sôbre as convicções religiosas e sôbre o comportamento moral, tem como inevitável consequência tensões e até choques de opinião. Do Concílio, com sua mentalidade de maior abertura, resultará indubitavelmente um estilo, em certo sentido nôvo, de vida cristã, que já se anuncia, embora com muitas incertezas, confusões e crises, particularmente nos países da Europa Ocidental. É inevitável que tudo isto se reflita também nos institutos religiosos no Brasil.

Será, no próximo triênio, uma das principais incumbências da Conferência o acompanhar este movimento e fornecer, aos superiores maiores, subsídios para poderem orientar, segundo as exigências da realidade brasileira, suas províncias no processo de adaptação ao espírito do Vaticano II, o que não será possível sem sérios estudos e madura reflexão. A Comissão Executiva, não obstante sua exemplar dedicação à causa da Conferência, não poderá incumbir-se desta tarefa, pois os sacerdotes que a integram, exatamente por terem funções de execução, têm todo o seu tempo tomado por tarefas de organização e atendimento. Só a instituição de grupos de reflexão, integrados por religiosos competentes, poderá resolver o problema. A Conferência dos Bispos está empregando este método com grande eficiência. Os resultados destes estudos, se aprovados pela Diretoria, seriam divulgados através da Revista da Conferência.

2. *Entrosamento com os secretariados nacionais da CNBB.* — Um segundo elemento, que pode contribuir para o aprimoramento das atividades dos nossos departamentos, é o entrosamento com os correspondentes secretariados nacionais da Conferência dos Bispos. O grau e modalidade deste entrosamento podem ser diferentes, de caso para caso. Quanto mais os nossos departamentos se dedicarem a atividades tipicamente pastorais ou apostólicas, tanto mais íntimo deverá ser o entrosamento.

Neste contexto poder-se-ia perguntar se é oportuno ressuscitar o nosso Departamento de Catequese. Não convém, nos parece, que a Conferência funde seu próprio Instituto Superior de Catequese, por já existirem dois, um no Rio de Janeiro e outro em São Paulo, que satisfazem plenamente às exigências para a formação dos religiosos em nível superior. E quanto à formação catequética em nível médio e elementar, não é, em nosso entender, a CRB-Nacional que lhe deve organizar o Instituto, por constituir antes tarefa a ser executada respectivamente em nível regional e diocesano.

Para vários outros departamentos, a questão pode ser colocada de modo semelhante, embora não idêntico. Poder-se-ia pensar por exemplo em um departamento ou secretariado de pastoral, comum às duas Conferências, com pessoal responsável perante ambas — como foi proposto para o Secretariado Nacional de Apostolado das Religiosas — e com institutos de pastoral comum para o clero religioso e secular. Aliás, quanto aos institutos de pastoral, já estamos caminhando nesta direção, por exemplo em Belo Horizonte e em Natal.

Seja qual fôr a modalidade de entrosamento que se queira adotar, a sua inspiração nunca poderá ser a de autodefesa, competição, desconfiança, concorrência ou prestígio, mas a de confiança, cooperação e serviço.

No próximo triênio as circunstâncias e — como é de se prever — a solicitação da CNBB obrigarão a Diretoria da Conferência a tomar claramente posição nesta delicada questão de entrosamento. A Diretoria espera uma orientação da Assembléia.

*
* : *

Tudo indica — ou será ilusão nossa? — que a Assembléia que acabamos de inaugurar será, pelos assuntos a serem tratados, a mais importante de toda a história da Conferência e como que a passagem da adolescência para a idade adulta. A reestruturação da Diretoria nacional poderá levar a maior eficiência ainda da Conferência. A nova divisão de seções regionais, assumidas pelos superiores maiores, poderá levar a uma mais adequada presença da Conferência no território nacional e intensificar sua atuação no campo temporal e no terreno espiritual e apostólico pelo País afora. E se conseguirmos fazer funcionar eficientemente os grupos de reflexão — e Deus o queira! — a atuação da Conferência poderá ganhar em originalidade, autenticidade e profundidade.

Com estes resultados da Assembléia, a Conferência estará mais bem aparelhada para desempenhar as duas principais tarefas que a esperam no próximo triênio: ajudar as províncias religiosas do Brasil na renovação da vida religiosa e do apostolado segundo o espírito do Concílio Vaticano II, e a de colaborar na execução do Plano de Pastoral de Conjunto da Conferência dos Bispos. E dessa cooperação será beneficiária não apenas a CNBB, mas também a própria CRB, máxime, porém, a Igreja no Brasil.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1965.

Padre TIAGO G. OLOIN, C.S.B.
Secretário-Geral

DECLARAÇÃO DOS SUPERIORES E SUPERIORAS MAIORES RELIGIOSOS DO BRASIL

reunidos em Assembléia no Rio de Janeiro, de 21 a 23
de julho de 1965

1. Os Superiores Maiores dos Religiosos do Brasil, reunidos na cidade do Rio de Janeiro, renovam e manifestam o seu desejo e propósito de dinamizar toda a vida de ação no Reino de Deus, sob as orientações do Concílio Ecumênico, o grande dom de Deus à Igreja e a vida religiosa neste século. Reformuladas e clarificadas as perspectivas da vida religiosa e seu finalismo, sentem-se os religiosos possuídos de novas forças por esta grande empresa.

2. Plenamente consciente de sua especial consagração ao Reino de Deus, manifestam igualmente sua inteira disponibilidade para a missão que a Igreja neste esforço de adaptação e atualização lhes confia ou há de confiar no Brasil e no mundo.

3. Sobretudo neste momento querem que todo seu trabalho apostólico seja orientado pelos Bispos, que são pastores e guias do apostolado, consagrado pelas suas palavras, seus conselhos e seus exemplos.

4. Na disposição de suas pessoas, de seu tempo e forças, preocupações e vida, declaram-se com a Igreja a serviço dos homens, aos quais procuram ser úteis com a humildade da vida, na pureza dos costumes e na submissão e obediência aos Superiores, consagrados ao povo cristão e a toda a humanidade, com a qual se sentem solidários, sobretudo nas dificuldades presentes.

5. Na vivência cotidiana da ação apostólica, abrem os olhos e o coração de forma especial para todos aqueles que pelas circunstâncias dos tempos ou dos lugares, pelas dificuldades da vida e situações ingrátas, se encontram em maior necessidade, pobreza, ou em condições de maior urgência, pretendendo assim dar as suas preferências àquelas do Salvador que veio para evangelizar os pobres e curar os doentes.

6. Em especial manifestam o seu aprêço, confiança e satisfação em poder trabalhar em obediência a seus compromissos religiosos dentro do Plano de Pastoral de Conjunto, desenvolvido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, de tal forma a colaborar eficientemente na sua realização.

7. Para todo revigoramento da vida e da ação, sentem os religiosos a necessidade da adaptação inadiável, conforme as orientações e inspirações do Concílio, às condições de tempos e lugares que lhes permitirá um diálogo prudente, inteligível e sem ambigüidades com o mundo a que servem e a que se dedicam, em estilo evangélico de vida através do trabalho de cada dia para sustentação de suas vidas e progressos das instituições a que foram destinados.

8. Espalhados já por todos os recantos do Brasil, tanto no litoral como no interior, nas grandes metrópoles, como nas vilas e aldeias, ao longo dos rios e das rodovias, tendo a seu cargo e sob sua responsabilidade trabalhos de cura de almas, obras educacionais, hospitalares, assistenciais e sociais, ou no silencioso testemunho da contemplação, querem em toda parte levar a presença de Cristo a serviço dos homens. Manifestam contudo seu especial aprêço e desejo de colaboração àquelas zonas de maior necessidade e indigência espiritual.

VII Assembléia Dos Superiores e Superiores Maiores

de 21 a 23 de julho de 1965

De 21 a 23 de julho último, celebrou a Conferência dos Religiosos do Brasil, no Rio de Janeiro, sua VII Assembléia-Geral, na qual participaram 239 superiores maiores, entre provinciais ou seus delegados, em número de 96 por parte de institutos masculinos e 143 dos femininos. A Assembléia se realizou no salão nobre do Colégio São Vicente, generosamente cedido pelos Revmos. Padres Lazaristas, o qual, graças a seu magnífico interior e perfeita instalação de alto-falantes, muito contribuiu para a eficiência dos trabalhos. No grande *hall* que dá acesso ao auditório, funcionavam as várias seções de secretaria da Assembléia, assim como a exposição de quadros e gráficos estatísticos, preparados pela Seção de Estatística do CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais).

I — PREPARAÇÃO IMEDIATA

Em vista do grande acervo de assuntos a serem tratados pela Assembléia, tinha a Diretoria da Conferência convidado alguns superiores e superiores maiores e representantes das seções estaduais do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Bahia para, nos dias 19 e 20 de julho, ajudarem a Diretoria e a Comissão Executiva na preparação imediata da mesma Assembléia.

A Diretoria desejava conhecer as dúvidas e dificuldades que ainda pudessem subsistir quanto aos projetos, comunicados com antecedência a todos os superiores maiores, elaborar um regimento próprio da Assembléia que garantisse suficiente ritmo de trabalho para poder absolver os assuntos em apenas três dias — sem porém causar constrangimento aos superiores maiores —, discutir o método mais apropriado de apresentar e votar as diversas matérias e conhecer as lacunas nas comunicações feitas, os desejos não satisfeitos etc.

Se, depois, a Assembléia conseguiu de fato terminar seus trabalhos no espaço dos três dias estipulados, deve-se isso em grande parte à eficiência desta reunião preparatória.

II — ABERTURA DA ASSEMBLÉIA

No dia 21 de julho, pontualmente às nove horas, o Exmo. Sr. Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, abriu a Assembléia com a invocação do Espírito Santo, entoando o *Veni Creator*.

Após a exposição e aprovação do regimento interno da Assembléia, procedeu-se à eleição, por aclamação, do Presidente e do coordenador da mesma. Foram eleitos respectivamente o Revmo. Padre Derneval José Montalvão, C.M., Provincial dos Padres Lazaristas do Rio de Janeiro e Conselheiro da CRB, e o Revmo. Padre Frei Alexandre Lustosa, O.P., Provincial dos Dominicanos de São Paulo. Para apresentar os assuntos e projetos foram indicados pelo Presidente os seguintes relatores: para a parte da revisão do Estatuto canônico e assuntos anexos, o Revmo. Padre Frei Francisco Xavier Bockey, O.F.M., Diretor do Departamento Canônico-Jurídico da CRB; para a parte econômico-financeira da Conferência, inclusive os serviços e o Estatuto civil, o Revmo. Padre Frei Matias Heidemann, O.F.M., Ecônomo da CRB; e para a parte das relações com a CNBB e dos departamentos e apostolados da Conferência, o Revmo. Padre Tiago G. Cloin, C.S.S.R., Secretário-Geral da CRB.

Antes de a Assembléia iniciar seus trabalhos, o Secretário-Geral da Conferência, em nome da Diretoria que estava para terminar seu mandato, apresentou um extenso relatório sobre a vida da Conferência no último triênio no qual sintetizou os mais importantes acontecimentos e colocou os principais problemas da Conferência a serem tratados pela Assembléia. Em seguida, fez o Ecônomo da Conferência uma exposição global da evolução do movimento econômico-financeiro da CRB de 1960 a 1965 e da situação atual, ilustrando seu relatório através de um duplo gráfico que possibilitava a comparação entre o valor histórico e o valor segundo correção monetária das quantidades representadas.

III — OS TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA

Resumimos em seis títulos os assuntos tratados e trabalhos realizados pela Assembléia: 1) revisão do Estatuto canônico; 2) Serviços da Conferência; 3) Relações com a CNBB; 4) Departamentos da Conferência; 5) Assuntos diversos; 6) Eleições.

Revisão do Estatuto canônico

A estrutura da Conferência sofreu modificações bastante fundamentais.

1. *A Diretoria nacional*

A fim de repartir sôbre maior número de superiores maiores a responsabilidade pela gestão da Conferência, o número de membros da Diretoria nacional foi aumentado de nove para onze. Insistiu-se que também superiores maiores que não residem no Rio de Janeiro — por exemplo os de São Paulo e de Belo Horizonte — fôsem candidatos para êste cargo, contanto que se compromettessem a estar pessoalmente presentes à reunião mensal da Diretoria no Rio de Janeiro e se fizessem apenas incidentalmente representar por seu suplente. As novas normas de eleição abrem possibilidade para maior representação de irmãos e irmãs na Diretoria nacional.

Discutiu-se demoradamente a posição do Secretário-Geral que, embora não seja superior maior, por trabalhar com tempo integral na Conferência, é, na prática, o membro mais importante da Diretoria. Esta situação, porém, implica várias inconveniências. Quem não fôr superior maior não convém que integre a Diretoria da Conferência por ser esta a associação de superiores maiores. Além disso, é extremamente difícil os superiores maiores, reunidos em Assembléia, fazerem uma eleição acertada do Secretário-Geral, por não conhecerem suficientemente os possíveis candidatos, nem suas qualidades exigidas. Nem certeza êles têm que o superior maior, caso estiver ausente da Assembléia, esteja disposto ou em condições de ceder o súdito eleito nem de o eleito aceitar a eleição. Acresce que a história da Conferência já demonstrou que, no momento da eleição, o perigo de injunção de fora não é imaginário.

Para prevenir a estas inconveniências, decidiu-se que o Secretário-Geral não fôsse eleito pela Assembléia, mas nomeado pela Diretoria nacional, com mandato sem prazo determinado, e tivesse por título: Secretário-Executivo. Em caso de substituição do Secretário, poderá a Diretoria cabalmente deliberar sôbre o sucessor, indagar a respeito de suas qualidades, entrar em contato com o respectivo superior maior e sondar, eventualmente, junto a quem de direito, sôbre a viabilidade da nomeação, prevenindo uma possível injunção.

Para repartir mais ainda a responsabilidade da gestão da Conferência sôbre maior número de superiores maiores e garantir uma representação das várias Regiões do País no govêrno da CRB, ficou determinado que os Presidentes das seções regionais (das quais trataremos mais adiante) se reúnam pelo menos uma vez por ano com a Diretoria nacional para revisar as atividades da Conferência do ano findo e planejar suas atividades, com correspondente orçamento, para o ano seguinte. Em assuntos de maior importância, que surgirem no intervalo, será o Conselho consultado por correspondência.

2. *As seções regionais*

A principal decisão tomada pela Assembléia foi a criação de seções regionais, correspondentes à divisão geográfica da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Nunca a CRB chegaria a atuar eficientemente em todo o território de nosso imenso País, se os próprios superiores maiores não assumissem por Região a responsabilidade de organizar-lhe as atividades no campo temporal e espiritual.

Até agora estava a CRB dividida em seções *estaduais*, sob a responsabilidade dos superiores *locaes*. Estes, porém, não têm, em geral, suficiente autoridade para resolver os problemas da seção: cessão de pessoal com tempo integral, orientação da formação e do apostolado dos religiosos, e entendimento com os senhores bispos. Sem maiores dificuldades a Assembléia se pronunciou decididamente em favor da criação das seções regionais, que serão constituídas pelos superiores maiores que residem na Região ou nela têm casa. O superior ou superiora maior que tiver casa em diversas Regiões poderá exercer seus direitos em cada uma delas, como seja, participar na Assembléia regional, ser candidato aos cargos da Diretoria regional etc. Sendo, via de regra, bastante difícil que exerça estes direitos por si próprio, é-lhe facultada a representação através de um encarregado, de preferência permanente, por sua livre escolha. A sede da seção regional coincidirá com a do secretariado regional da Conferência dos Bispos. Para salvaguardar a unidade da Conferência, as seções regionais não terão personalidade jurídica própria, nem canônica nem civil, e possuirão um regimento próprio, pautado nas normas gerais, estabelecidas pela Assembléia. A relativa independência das seções regionais de um lado e de outro sua ligação com a CRB-Nacional foram discutidas demoradamente, em particular o delicado assunto se convém ou não a Assembléia estatuir que as seções regionais subnectam seu regimento próprio à aprovação da Diretoria nacional. Após caloroso debate, votou a maioria da Assembléia pela afirmativa. Decidiu-se, outrossim, que as filiais de serviços da CRB, estabelecidas nas várias seções, continuassem a depender, para todos os efeitos, diretamente da Diretoria nacional, embora com maior flexibilidade do que no passado.

Terminada a discussão sobre a criação das seções regionais, os superiores maiores das respectivas regiões indicaram uma comissão de três representantes que se compromettessem a preparar dentro em breve a primeira Assembléia da seção regional, a qual elegerá a Diretoria regional, composta de superiores maiores ou delegados dos mesmos, e dará início à organização da Comissão Executiva e das atividades da respectiva seção.

3. *O Estatuto da CRB*

Até o presente momento, a Conferência se regia por um único Estatuto, o canônico, que, para fins civis, está também registrado em cartó-

rio. A experiência de vários anos, entretanto, convenceu a Diretoria nacional da conveniência de desdobrar o único Estatuto em dois: um exclusivamente canônico e outro exclusivamente civil, ambos porém com idêntica estrutura fundamental. O projeto do Estatuto civil, apresentado pela Diretoria à Assembléia e preparado através de estudos por técnicos e especialistas na matéria, foi aprovado sem ulteriores discussões.

Serviços da Conferência

Assessorada pelo Ecônomo da Conferência, a Assembléia discutiu detidamente a parte econômico-financeira da CRB, sobretudo o funcionamento dos serviços. Os superiores maiores se mostraram perfeitamente cômicos de sua responsabilidade, perante as suas províncias e perante a Igreja no Brasil, pela notável expansão das transações econômicas e financeiras da Conferência.

Ficou esclarecido que a crise econômica, que afetou no último semestre o País, não deixara de ter suas conseqüências negativas também sobre a Conferência, manifestando-se por uma brusca queda da renda dos Serviços. A previsão para o próximo semestre, porém, é de uma sensível diminuição da crise econômica do País, com sua reflexão benéfica outrossim sobre os serviços da Conferência.

A Assembléia, embora expressando seu vivo contentamento pelo eficiente funcionamento do Conselho Administrativo dos serviços, recomendou à Diretoria nacional da CRB uma renovação dos membros do Conselho no sentido que houvesse, dentro do mesmo, maior diversificação de especializações. A eficiência do Conselho não poderia senão lucrar se, em vez de os três membros leigos serem todos banqueiros, houvesse entre eles também um advogado e um entendido em comércio de alto gabarito.

Tendo tomado conhecimento da atual situação do patrimônio, que a Conferência conseguiu constituir durante seus onze anos de existência, especialmente durante os últimos três anos, a Assembléia expressou sua satisfação pela administração geral da Conferência.

Quanto aos Serviços em particular, fizeram-se várias recomendações: que os depósitos bancários da Conferência sejam repartidos sobre maior número de Bancos; que o critério de compra de mercadorias corresponda mais adequadamente às necessidades das províncias religiosas; que a correspondência dos Serviços seja mais realista; que as compras se façam, quanto possível, sem intermédio de terceiros, diretamente na fábrica; que se estude a possibilidade de as seções regionais ficarem autorizadas a concluir diretamente certos contratos de compra com as fábricas da Região.

Terminada a discussão sobre os Serviços, a Comissão de cinco superiores maiores, incumbida pela Assembléia de examinar as contas e o balanço da CRB, apresentou, como resultado de seu estudo, um relatório,

indicando algumas ligeiras falhas, fáccis de ser corrigidas, na Administração da Conferência. E concluiu: a Administração da Conferência continua boa e muito firme, como continua a merecer a plena confiança dos superiores maiores. Por uma salva de palmas a Assembléia confirmou a opinião emitida pela Comissão.

Relações com a CNBB

Antes de a Assembléia começar a tratar do assunto das relações entre a Conferência dos Religiosos e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Secretário da CNBB, Dom José Gonçalves da Costa, C.S.S.R., veio apresentar aos superiores maiores o projeto do Plano de Pastoral de Conjunto do Episcopado nacional. Convencida de que a execução deste Plano depende em grandíssima parte dos religiosos por constituírem no Brasil 90% do pessoal apostólico consagrado, a CNBB fêz questão de informar os superiores maiores sobre as grandes linhas do projeto em pauta e prometeu expedi-lo brevemente a todos para que pudessem estudá-lo e enviar, através da CRB, suas observações e eventuais críticas. Algumas semanas antes, o mesmo Secretário já tinha exposto o dito projeto à Diretoria nacional da CRB que também já mandou, por escrito, suas primeiras observações.

Tratando das relações da CRB com a CNBB, a Assembléia tomou conhecimento do progresso realizado quanto ao entendimento e quanto às atividades comuns às duas Conferências, principalmente o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), que já está em pleno funcionamento, e o Serviço de Cooperação Apostólica Internacional (SCAI), cuja criação a Diretoria da CRB já aprovou *ad referendum* da Assembléia.

Na véspera da Assembléia, tinha o Secretário da CNBB comunicado à Diretoria da CRB que a Conferência dos Bispos estava disposta, a fim de intensificar e institucionalizar o entendimento entre as duas Conferências, a admitir em cada um de seus secretariados nacionais um representante oficial da CRB que acompanhasse todos os estudos e atividades dos mesmos. Fêz até a proposta que todos aqueles que trabalham nos secretariados nacionais que se referem particularmente ao apostolado dos religiosos, como por exemplo o Secretariado Nacional de Apostolado das Religiosas, fôsem responsáveis não apenas perante a CNBB, mas ainda perante a CRB. Tais secretariados seriam praticamente secretariados comuns às duas Conferências.

1. Orientações gerais

Depois de debater o assunto, às vèzes bastante vivamente, a Assembléia aprovou as seguintes orientações a serem seguidas, durante o triênio próximo, por parte da Diretoria da CRB:

a) *Princípios*

— Sem sacrificar ou diminuir a autonomia e independência com relação à Conferência dos Bispos, deve a CRB continuar a cultivar e intensificar o entendimento e entrosamento com a CNBB, e empenhar-se em que as seções regionais sigam a mesma linha em nível regional.

— É na base de confiança, colaboração e serviço — e nunca em clima de desconfiança, concorrência ou prestígio — que tais relações podem florescer.

— Entre as atividades apostólicas da CRB e da CNBB deve haver identidade quanto à orientação pastoral e o maior entrosamento possível quanto à execução.

— Assuntos que envolvam compromissos financeiros da CRB — por exemplo iniciativas comuns, como o CERIS etc. — devem ser tratados com espírito realista e objetivo, considerando porém que o fim da colaboração financeira transcende as próprias Conferências e visa a Igreja no Brasil.

b) *Aplicações*

— Ao Secretário-Executivo se recomenda cultive as relações entre a Diretoria da CRB e o Secretariado-Geral da CNBB.

— Aos diretores de departamento que implique atividades apostólicas, se recomenda cultivem o entendimento com o Subsecretário dos respectivos secretariados nacionais da CNBB e o entrosamento com as atividades dos mesmos.

— Quando as circunstâncias o aconselharem ou permitirem e a CNBB o solicitar, recomenda-se a criação de serviços comuns de apostolado — a exemplo do CERIS e do SCAI — com pessoal das duas Conferências e financiados por ambos, para garantir maior entrosamento e para evitar dispersão de pessoal e recursos financeiros, por exemplo eventualmente, centro de documentação pastoral, de orientação vocacional etc.

2. *Os casos particulares do CERIS e do SCAI*

Os dois serviços, comuns às duas Conferências, o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) e o Serviço de Cooperação Apostólica Internacional (SCAI), suscitaram particular interesse e atenção da Assembléia.

Quanto ao CERIS, os superiores maiores pediram ulteriores esclarecimentos sobre a sua estrutura jurídica — composição da Assembléia e Diretoria — e sobre a sua situação financeira, particularmente sobre o financiamento feito pela CRB para a construção e instalação da sede do CERIS. Tomaram conhecimento de que a ajuda financeira, prometida pelas Obras MISEREOR e ADVENIAT do Episcopado alemão, parcialmente já tinha chegado e que o restante estava sendo esperado para breve.

O SCAI provocou debates mais demorados. Inicialmente a Assembléia hesitou em aprovar a criação do Serviço, atendendo aos muitos compromissos financeiros já assumidos pela Conferência, e solicitou ulteriores informações sôbre a finalidade e o modo de funcionar. Convencida, porém, da utilidade do Serviço, tanto para a CRB como para a CNBB, aprovou em definitivo a criação do SCAI, já antes aprovado, porém *ad referendum* da Assembléia, pela Diretoria nacional.

Departamentos

O escasso tempo não permitiu que se tratasse dos departamentos da Conferência, um por um. Além do entrosamento com os secretariados nacionais da CNBB — de que já tratamos — as deliberações se concentraram nos seguintes pontos: 1) grupos de reflexão; 2) o Departamento de Formação; 3) o Departamento de Educação.

1. Grupos de reflexão

A proposta feita pela Diretoria de iniciar imediatamente a criação de grupos de reflexão, compostos de religiosos e religiosas de várias especializações — teológica, psicológica, sociológica, pastoral etc. — teve grande aceitação da parte dos superiores maiores, particularmente em vista da rápida e profunda transformação de mentalidade que se está processando, também dentro das províncias religiosas, por causa da evolução da conjuntura nacional e da nova visão teológica do Concílio Vaticano II. Os superiores maiores estavam convencidos de que, terminado o Concílio e publicados os documentos sôbre a vida religiosa, abrir-se-á para êstes grupos de reflexão um vastíssimo campo de atividade, e julgaram que os resultados dêstes estudos poderão fornecer-lhes valiosíssimos subsídios para orientar a adaptação de suas províncias ao espírito do Concílio.

2. O Departamento de Formação

A Assembléia concordou que se fundasse imediatamente um Departamento especial para a formação dos religiosos, da qual costumava encarregar-se, até o momento, a Comissão Executiva em colaboração com os vários departamentos. Deveria êste Departamento tornar-se o centro dinâmico que promovesse a reflexão entre os religiosos do Brasil e colocar-se em condições de organizar cursos de alto nível, inclusive para superiores maiores.

3. O Departamento de Educação

A Assembléia mostrou-se particularmente interessada no problema educacional. O responsável pelo Secretariado Nacional de Educação da

CNBB, o Exmo. Sr. Dom Cândido Padim, O.S.B., expôs aos superiores maiores as linhas mestras do plano de pastoral educacional da CNBB e teve, no dia a seguir à Assembléia, um demorado encontro com os superiores e superiores maiores de institutos que se dedicam à educação, dialogando sobre as várias facetas do delicado e complexo assunto. A assembléia, cõscia da responsabilidade dos superiores maiores pela orientação apostólica da educação nos seus colégios, discutiu como corresponder a esta responsabilidade. Não tendo chegado a uma conclusão madura sobre a conveniência ou não de a CRB criar seu Departamento próprio de educação e sobre a forma de entendimento e entrosamento com a Associação de Educação Católica (AEC) do Brasil e com o Secretariado Nacional de Educação da CNBB, eucarregou a Diretoria de estudar com calma, junto com a AEC e a CNBB, a questão sob todos os seus aspectos.

Assuntos diversos

Além dos grandes temas, acima referidos, tratou a Assembléia, mais ligeiramente, de vários outros assuntos.

1. A remuneração dos religiosos, que trabalham com tempo integral na Conferência, precisava, segundo a opinião da Diretoria, de uma revisão, por não parecer conveniente que estes religiosos continuem a receber apenas uma gratificação, mais ou menos simbólica. A Diretoria propôs, como critério básico, que o religioso que tem cargo de responsabilidade do nível de diretor de departamento receba remuneração equivalente a duas vezes o salário mínimo do Estado da Guanabara. Tendo em conta entretanto a brusca diminuição, durante o último ano, da renda dos serviços da Conferência e as atuais despesas extraordinárias da CRB-Nacional pelo pagamento das prestações mensais da compra da nova sede, a Diretoria julgava oportuno pedir às províncias uma contribuição anual, que seria para os institutos clericais, por sacerdote, equivalente a uma intenção de missa, e para os institutos não-clerical's e femininos, por religioso ou religiosa que tenha terminado seu tempo de formação, Cr\$ 500.

Após calorosos debates, deliberou a Assembléia que a questão ficasse a critério da nova Diretoria, que estudará de novo o problema e pedirá às províncias, enquanto o julgar necessário ou oportuno, a mencionada contribuição.

2. Sobre a compra da nova sede da CRB-Nacional, situada à Avenida Rio Branco, 123, 10.º andar, já antes comunicada por circular aos superiores maiores, a Diretoria forneceu ulteriores informações, principalmente explicando as condições extremamente favoráveis da transação efetuada. Enquanto a atual sede, com apenas 420 metros quadrados de área útil, está avaliada em Cr\$ 140 000 000, será o custo total da nova

sede, com 680 metros quadrados de área útil, apenas de Cr\$ 129 000 000. A Diretoria mencionou, igualmente, que ao contrário da compra da atual em 1957, a compra da nova sede foi realizada sem recorrer às províncias religiosas para uma contribuição em forma de doação ou empréstimo.

3. Quanto ao destino a ser dado à atual sede e ao 15.º andar da Avenida Almirante Barroso, 2, recentemente comprado, quando, no próximo ano, a CRB ocupar a nova sede, decidiu a Assembléia não resolver o problema por si própria mas deixá-lo a critério da nova Diretoria, que eventualmente poderá alugar êsses imóveis, constituindo um fundo para a remuneração dos religiosos que trabalham na Conferência. Aconselhou, porém, que se levasse em conta a expansão, em um futuro próximo, dos departamentos e serviços da Conferência.

4. A Assembléia ficou informada sobre a situação do terreno e sede da CRB na nova capital, em Brasília. Em 1961 a CNBB conseguiu da NOVACAP a doação de um terreno de 10 000 metros quadrados, situado entre a catedral e o terreno da Nunciatura Apostólica, perto da área dos ministérios, e destinado não apenas à construção da sede da CNBB mas também à da CRB. Havendo no momento novas possibilidades de conseguir doação de terreno, a CNBB está se empenhando em conseguir um outro terreno para nêle a CRB construir a sua sede, ficando porém em pé o direito de a CRB construir sua sede no terreno da sede da CNBB, caso as tentativas não conduzirem a um resultado satisfatório para a CRB. Estando sua sede em Brasília pronta a ser ocupada, a CNBB reservou nela, conforme entendimento de alguns anos atrás, duas salas para a CRB instalar provisoriamente seu escritório até construir sua sede própria.

5. A Diretoria recomendou aos superiores maiores o *Anuário Católico do Brasil*, de cujo lançamento, previsto para o início do próximo ano, a CRB tomou a responsabilidade financeira. O Anuário unirá, em um só volume, o Anuário da CNBB e o da CRB, e está sendo preparado pela Seção de Estatística do CERIS. O preço de capa será de Cr\$ 20 000. Por subscrição, porém, o preço será: até 31 de outubro próximo, de Cr\$ 11 000; e até 31 de dezembro, de Cr\$ 13 000. Daquela data em diante, o preço para religiosos e clero secular será de Cr\$ 15 000, quantia esta sujeita entretanto a correção monetária. A tiragem será de 4 000 exemplares. O CERIS receberá, pelos direitos autorais, Cr\$ 2 000 por exemplar vendido.

6. A Diretoria chamou a atenção dos Assembleístas sobre a importância do *apostolado radiofônico*. Atualmente 27 estações de rádio estão sob a direção de religiosos. Ante a grande penetração dêste meio de comunicação, particularmente em um país onde 50% dos adultos são analfabetos, o apostolado radiofônico deve ser considerado de transcendental importância para a Igreja no Brasil. Aos superiores maiores cabe uma

grande responsabilidade neste particular. Recomendou-se que promovessem a eficiência deste apostolado, principalmente através de programas de evangelização atualizada e perfeitamente sincronizados com a orientação pastoral do Episcopado nacional. Sugeriu a Assembléia à Diretoria da CRB organizasse cursos de atualização pastoral para os responsáveis pelos programas radiofônicos.

7. A Assembléia tomou conhecimento da situação da *Revista da Conferência*. O Redator-Chefe acaba de ser nomeado por seu superior maior para um cargo em sua Província, de forma que a Diretoria deverá providenciar-lhe um sucessor. Além disso, é a Revista, no momento, por falta de atualização do preço de assinatura, excessivamente deficitária. Será necessário aumentar-lhe o preço, no próximo ano, para Cr\$ 4 500. Quando os grupos de reflexão que a Diretoria pretende criar começarem a funcionar, seus resultados serão divulgados através da Revista que deste modo poderá tornar-se o órgão que traduza para os religiosos do Brasil a reflexão sobre a sua vida e apostolado.

Eleições

No dia 22 de julho realizaram-se, por quatro etapas, as eleições para a nova Diretoria: 1) Presidente (que deve ser sacerdote); 2) os três Vice-Presidentes (um sacerdote, um irmão e uma madre); 3) Secretário e Tesoureiro (que podem ser sacerdote, irmão ou madre); 4) dois Conselheiros (sacerdotes) e três Conselheiras. Para a eleição do Presidente era necessária maioria absoluta de votos, bastando para os demais cargos maioria relativa.

Contra a determinação do novo Estatuto canônico, segundo o qual o Presidente da CRB deve ser sacerdote, um dos superiores maiores objectou que, embora estivesse de acordo que de fato assim fôsse, isso, contudo, não devia constar como princípio no Estatuto, por implicar uma indevida "discriminação" entre religiosos.

O resultado das eleições, com 229 sufragantes, foi o seguinte: *Presidente*: Revmo. Pe. Antônio Aquino, Provincial dos Padres Jesuítas, do Rio, (com 167 votos); *1.º Vice-Presidente*: Pe. Dermeval José Montalvão, Provincial dos Padres Lazaristas, do Rio, (com 99 votos); *2.º Vice-Presidente*: Irmão Agostinho Simão, Provincial dos Irmãos Lassalistas, de São Paulo, (com 88 votos); *3.º Vice-Presidente*: Madre Dirce Galvão de Moura, Provincial das Missionárias de Jesus Crucificado, do Rio, (com 165 votos); *Secretário*: Irmão Affonso Falqueto, Provincial dos Irmãos Maristas, de Belo Horizonte, (com 50 votos); *Tesoureiro*: Pe. Hélio Grande Pousa, Provincial dos Padres do Santíssimo Sacramento, do Rio, (com 57 votos); *1.º Conselheiro*: Pe. Teodoro Mulder, Provincial dos Missionários do Sagrado Coração, do Rio, (com 56 votos); *2.º Conse-*

Uhoiro : Pe. Zelindo Saavedra, Provincial dos Padres Barnabitas, do Rio, (com 51 votos); 1.^a *Conselheira* : Dona Altair Malan d'Angrogne, Provincial das Filhas do Coração de Maria, do Rio, (com 89 votos); 2.^a *Conselheira* : Madre Maria de la Cavada, Provincial das Religiosas do Sacré Coeur de Jésus, do Rio, (com 82 votos); 3.^a *Conselheira* : Madre Maria Camilla de São Francisco, Provincial das Franciscanas Missionárias de Maria, do Rio, (com 81 votos).

Em seguida, procedeu a Assembléia à eleição dos cinco membros (e outros tantos suplentes) do Conselho Superior (que perante a lei civil exercerá a função de Conselho Fiscal), que dê parecer à Assembléia sobre o relatório económico-financeiro apresentado pela Diretoria e se reúna, após a convocação feita pela Diretoria, para opinar em caso de planos ou iniciativas extraordinárias da mesma. Ficaram eleitos como *membros* : 1) Revmo. Pe. Frei Walter Kempf, Provincial dos Padres Franciscanos, de São Paulo; 2) Pe. José Ribola, Provincial dos Padres Redentoristas, de São Paulo; 3) Pe. Pedro Prade, Provincial dos Padres Salesianos, de Belo Horizonte; 4) Pe. José Angrill, Provincial dos Padres Claretianos, de Belo Horizonte; 5) Irmão Antônio Marques Morgado, Superior dos Irmãos de São João de Deus, do Rio. Ficaram como *suplentes* : 1) Revmo. Pe. Frederico Helmel, Provincial dos Padres do Verbo Divino, de Juiz de Fora; 2) Pe. Marcelo Azevedo, Provincial dos Padres Jesuítas, de Belo Horizontes; 3) Irmão Francisco Alberto, Provincial dos Irmãos Lassalistas, de Canoas, RS; 4) Madre Sabina Stadtmann, Provincial das Irmãs da Divina Providência, de Florianópolis; 5) Madre Belarmina Maria da S. Face, Provincial das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, de São Paulo.

*

* * *

A Assembléia de 1965 poderá marcar profundamente o futuro da CRB, pela maior ênfase com que os superiores maiores assumiram a responsabilidade pela Conferência, em nível tanto nacional como regional. Fundando as seções regionais, com Assembléia e Diretoria próprias, integradas por superiores e superioras maiores, criou a Assembléia condições para uma atuação mais intensa e simultaneamente mais diversificada da Conferência nas várias regiões do território nacional, como também abriu a possibilidade de um diálogo em alto nível e uma cooperação mais ítima entre a CRB e a CNBB regionais. A fim de conservar o justo equilíbrio entre a descentralização, ora iniciada, e a centralização, entre a força centrífuga e centrípeta da Conferência, a Assembléia fortaleceu a participação dos superiores maiores na Diretoria nacional, aumentando-lhe o número dos membros de nove para onze e associando-lhe, nos casos previstos no Estatuto, e com voz consultiva, os Presidentes das seções regionais.

Com vida interna assim revigorada, estará também a Conferência em melhores condições para servir a Igreja no Brasil, através de um entrosamento mais perfeito com a Conferência Nacional dos Bispos. A Assembléia formulou claramente os princípios a respeito, garantindo desta forma a cooperação dos religiosos na execução do novo Plano de Pastoral da CNBB, cujo lançamento está previsto para o início do próximo ano.

Então iniciar-se-á a fase pós-conciliar do Vaticano II, que imporá à Diretoria da Conferência a incumbência de confrontar a atual situação da vida espiritual e apostólica dos religiosos do Brasil com as orientações do Concílio e de fornecer aos superiores e superiores maiores, como resultado dos estudos de seus grupos de reflexão, subsídios para poderem promover e dirigir, dentro de suas províncias, o aprimoramento da vivência religiosa e apostólica.

IV — ENCERRAMENTO

No dia 23 de julho, às 14 horas, com a presença do Exmo. e Revmo. Sr. Núncio Apostólico, Dom Sebastião Baggio, tomou posse a nova Diretoria da Conferência. O ex-Presidente, o Exmo. e Revmo. Sr. Dom Martinho Michler, O.S.B., Abade do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, que presidira a Conferência desde a sua fundação em 1954, recebeu da Assembléia uma calorosa ovação.

As 17 horas, encerrando a Assembléia, realizou-se, na capela do Colégio Sion, uma concelebração oficiada pelo Exmo. Sr. Núncio Apostólico, como principal celebrante, e por oito sacerdotes, entre membros da antiga e da nova Diretoria, e representantes de várias Regiões do País.

Terminada a concelebração, reuniu-se a nova Diretoria com os presidentes das comissões encarregadas de preparar a primeira Assembléia das Seções Regionais, e deliberou sobre a nomeação, conforme o novo Estatuto canônico, do Secretário-Executivo da Conferência. Solicitado a aceitar este cargo, o ex-Secretário-Geral da CRB concordou apenas em aceitá-lo até se encontrar o titular efetivo.

PADRE TIAGO G. CLOIN, C.S.S.R.

PEDIDOS DE NOVAS FUNDAÇÕES

O proprietário da Fazenda FERTILIA, situada no vale de Ribeira e a 5 quilômetros da cidade paulista de Eldorado e distando cerca de 15 quilômetros da antiga BR 2 que liga São Paulo a Curitiba, deseja doar a uma instituição religiosa parte dessa Fazenda para centro de instrução rural e profissional.

Para maiores informações, dirigir-se a :

*Sr. Walter Vogelgesang
Ariesheim/Basel
Rebgasse 15, Suíça*

ANÁLISE DO BALANÇO DA CRB 1964-1965

apresentado pela Comissão de Superiores Maiores à Assembléia

O Balanço apresentado pela CRB 1964-1965 apresenta um Plano de Contas bem especificado, o que facilita a leitura do mesmo.

SITUAÇÃO ECONÔMICA : Apresenta-se firme. O equilíbrio entre o Ativo disponível e realizável a curto e longo prazo e o Passivo exigível nas mesmas condições é aceitável. A leve projeção do Passivo reflete apenas a crise da época.

SITUAÇÃO FINANCEIRA : É boa. Encontramos também aqui um exigível a curto prazo maior que o realizável a curto prazo. Examinando porém a conta de depósitos, notamos que o fato de êstes serem feitos sem prazo fixo obriga o contabilista a lançá-los todos à conta do exigível a curto prazo, quando sabemos que êstes depósitos são economias das comunidades depositantes e, na prática, constituem depósitos a longo prazo.

Feita esta observação e constatando que os depósitos das comunidades ultrapassam a cifra de um bilhão desaparece tôda impressão de desequilíbrio financeiro.

CONTA DE DEPÓSITOS : O fato de a CRB ser angariadora de capitais oriundos das economias das comunidades mereceu a nossa melhor atenção. Pudemos constatar que também neste particular tôda a regra de prudência está sendo observada, existindo um encaixe de 30% sobre o montante dos depósitos, o que ultrapassa de muito a faixa de segurança adotada pelo sistema bancário para os seus depósitos que estão sujeitos a muito mais surpresas que a conta de depósitos da CRB. Com efeito, um encaixe de 20% sobre o montante dos depósitos é considerado largamente suficiente para garantir o movimento desta conta em qualquer Banco.

CONCLUSÃO : Concluimos opinando pela firmeza e idoneidade da administração econômica e financeira da CRB que faz jus à confiança que nela depositam as comunidades religiosas.

Recomendamos : a) modificação na política bancária adotada e que está acumulando num mesmo Banco a quase totalidade das disponibilidades da CRB ;

b) vigilância sobre a natureza dos estoques de mercadorias, levando em conta o momento presente que é de estabilização monetária com tendência para deflação.

Rio de Janeiro, Sala das Sessões da CRB, 22 de julho de 1965.

SUPERIORES MAIORES QUE PARTICIPARAM DA

VII ASSEMBLÉIA-GERAL DA CRB

DIRETORIA

Dom Martinho Michler, O.S.B. — *Presidente*
 Pe. Antônio Aquino, S.J. — *Vice-Presidente*
 Pe. Tiago G. Cloin, C.S.S.R. — *Secretário-Geral*
 Pe. Pascoal Filippelli, S.D.B. — *Subsecretário*
 Irmão Bento Gabriel, F.M.S. — *Tesoureiro*
 Pe. Frei Agatângelo de Sortino, O.F.M.Cap. — *Conselheiro*
 Pe. Dermeval José Montalvão, C.M. — *Conselheiro*
 Me. Dirce Galvão, M.J.Cr. — *Conselheira*
 Me. Maria Isabel de Sion, C.N.D.S. — *Conselheira*
 Me. Antoinette Blanchot, F.C. — *Conselheira*

I — REVMOS, PADRES E IRMÃOS PROVINCIAIS

1.	Agostinianos da Assunção, Congregação dos: <i>São Paulo</i>	1
2.	Agostinianos Recoletos, Ordem dos: <i>Rio de Janeiro — Ribeirão Preto, SP</i>	2
3.	Apostolado Católico, Sociedade do: <i>Santa Maria, RS</i>	1
4.	Caridade, Servos da: <i>Pôrto Alegre</i>	1
5.	Carmelo, Irmãos da B.V.M. do Monte: <i>São Paulo</i>	1
6.	Cistercienses, Ordem dos Sacerdotes: <i>Itaporanga, SP</i>	1
7.	Consolata, Instituto das Missões da: <i>São Paulo</i>	1
8.	Cristo para os Emigrantes, Sociedade de: <i>Dom Feliciano, RS</i>	1
9.	Divina Providência, Pequena Obra da: <i>Rio de Janeiro</i>	1
10.	Divino Salvador, Sociedade do: <i>São Paulo</i>	1
11.	Enfermos, Ordem dos Clérigos Regulares Ministros dos: <i>São Paulo</i>	1
12.	Escolas Cristãs, Instituto dos Irmãos das (Lassalistas): <i>São Paulo — Pôrto Alegre</i>	2
13.	Escolas Pias, Ordem dos Pobres da Mãe de Deus das: <i>Belo Horizonte</i>	1
14.	Espírito Santo e do Imaculado Coração de Maria, Congregação do: <i>Rio de Janeiro</i>	1
15.	Estigmas de Nossó Senhor Jesus Cristo, Congregação dos Sagrados: <i>Campinas, SP</i>	1
16.	Frades Menores, Ordem dos: <i>Belo Horizonte — Bacabal, MA — Recife — São Paulo</i>	4
17.	Frades Menores Capuchinhos, Ordem dos: <i>Caxias do Sul, RS — Ponta Grossa, PR — Rio de Janeiro — São Luis — Salvador — São Paulo — Brasília</i>	7
18.	Frades Menores Conventuais: <i>Santo André, SP</i>	1
19.	Imaculado Coração de Maria, Congregação do: <i>Nova Iguaçu, RJ</i>	1
20.	Jesus, Companhia de: <i>Belo Horizonte — Salvador — Rio de Janeiro — Porto Alegre</i>	4

21.	Lateranenses, Ordem dos Cônegos Regulares : <i>São Paulo</i>	1
22.	Maria, Instituto dos Pequenos Irmãos (Maristas) : <i>Jaraguá do Sul, RS — Recife — Pôrto Alegre — Santa Maria, RS — Farrow-pilha, RS — Belo Horizonte</i>	6
23.	Maria, Ordem dos Servos de : <i>São Paulo</i>	1
24.	Maria Imaculada, Congregação de (Pavonianos) : <i>Belo Horizonte</i>	1
25.	Maria Imaculada, Congregação dos Oblatos de : <i>São Paulo</i>	1
26.	Missão, Congregação da : <i>Rio de Janeiro — Curitiba</i>	2
27.	Missionários Filhos do Coração de Maria, Congregação dos (Claretianos) : <i>São Paulo — Belo Horizonte</i>	2
28.	Nossa Senhora Mãe da Misericórdia, Congregação de : <i>Belo Horizonte</i>	1
29.	Nossa Senhora das Mercês, Ordem de : <i>Rio de Janeiro</i>	1
30.	Nossa Senhora da Salete, Missionários de : <i>São Paulo</i>	1
31.	Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento, Congregação dos Missionários de : <i>Manhumirim, MG</i>	1
32.	Preciosíssimo Sangue, Congregação dos Missionários do : <i>Belém</i>	1
33.	Pregadores, Ordem dos : <i>São Paulo</i> (orig. : <i>Itália e França</i>)	2
34.	Sagrada Família, Missionários da : <i>Passo Fundo, RS — Recife — Januária, MG</i>	3
35.	Sagrado Coração, Irmãos do : <i>São Paulo</i>	1
36.	Sagrado Coração de Jesus, Filhos do (Combanianos) : <i>Balsas, MA</i>	1
37.	Trabalho, Padres do : <i>Coronel Fabriciano, MG</i>	1
38.	Sagrado Coração de Jesus, Sacerdotes do : <i>Recife</i>	2
39.	Sagrados Corações de Jesus e Maria, Congregação dos : <i>Rio de Janeiro</i> (orig. <i>Espanha</i>) — <i>Belo Horizonte</i>	1
40.	Santa Cruz, Ordem da : <i>Leopoldina, MG — Campinas, SP</i>	2
41.	Santa Maria do Monte Oliveto, Monges Beneditinos da Congregação de : <i>Ribeirão Preto, SP</i>	1
42.	Santíssima Cruz e Paixão de N.S.J.C., Congregação da : <i>São Paulo — Goiânia</i>	2
43.	Santíssimo Redentor, Congregação do : <i>Manaus — Recife — São Paulo — Pôrto Alegre — Juiz de Fora — Goiânia — Fortaleza</i> ..	7
44.	Santíssimo Sacramento, Congregação dos Sacerdotes do : <i>Rio de Janeiro — Fortaleza</i>	2
45.	São Basílio Magno, Ordem de : <i>Ponta Grossa, PR</i>	1
46.	São Bento, Congregação Valombrosa da Ordem de : <i>Pirituba, SP</i>	1
47.	São Bento, Ordem de (Americana-Cassinense) : <i>Vinhedo, SP</i>	1
48.	São Carlos, Pia Sociedade dos Missionários de : <i>Guaporé, RS — São Paulo</i>	2
49.	São Francisco de Sales, Congregação dos Oblatos de : <i>Braga, RS</i>	1
50.	São Francisco de Sales, Sociedade de : <i>Recife — Belo Horizonte</i>	2
51.	São Francisco Xavier, Pia Sociedade de : <i>São Paulo</i>	1
52.	São Gabriel, Congregação dos Irmãos de : <i>Carmo do Rio Claro, MG</i>	1
53.	São José, Pia Sociedade Turinca de (Murialdinos) : <i>Caxias do Sul, RS</i>	1
54.	São Paulo, Pia Sociedade de : <i>São Paulo</i>	1
55.	São Paulo, Ordem dos Clérigos Regulares de (Barnabitas) : <i>Rio de Janeiro</i>	1
56.	Terceira Ordem Regular : <i>Manaus</i>	1
57.	Trabalho, Padres do : <i>Coronel Fabriciano, MG</i>	1
58.	Verbo Divino, Sociedade de : <i>Juiz de Fora — São Paulo</i>	2

Institutos religiosos : 58

Representantes : 96

II — REVMAS. MADRES GERAIS E PROVINCIAIS

1.	Angélicas de São Paulo, Irmãs : <i>Rio de Janeiro</i>	1
2.	Apostolado Católico, Irmãs de Maria do : <i>Santa Maria, RS</i>	1
3.	Assunção, Irmãzinhas da : <i>São Paulo</i>	1
4.	Assunção de Nossa Senhora, Religiosas da : <i>São Paulo</i>	1
5.	Beneditinas da Divina Providência, Irmãs : <i>Rio de Janeiro</i>	1
6.	Beneditinas Missionárias de Tutzing : <i>Sorocaba, SP</i>	1
7.	Capuchinhas, Irmãs Missionárias : <i>São Luís</i>	1
8.	Capuchinhas, Religiosas Terciárias : <i>São Paulo</i>	1
9.	Caridade, Filhas de Maria Servas da : <i>Recife</i>	1
10.	Caridade, Pequenas Missionárias da : <i>Paraíba do Sul, RJ</i>	1
11.	Carmelitas da Divina Providência, Irmãs : <i>Belo Horizonte</i>	1
12.	Carmelitas Servas dos Pobres, Irmãs : <i>Rio de Janeiro</i>	1
13.	Catequistas Franciscanas, Irmãs : <i>Rodeio, SC</i>	1
14.	Clarissas Franciscanas Missionárias do SS. Sacramento : <i>Belo Horizonte</i>	1
15.	Concepcionistas Missionárias do Ensino, Congregação das : <i>São Paulo</i>	1
16.	Consolata, Inst. Missionárias da : <i>Roraima — São Paulo</i>	2
17.	Coração de Jesus, Instituto : <i>Braço do Norte, SC</i>	1
18.	Coração de Maria, Soc. das Filhas do : <i>Rio de Janeiro</i>	1
19.	Divina Providência, Irmãs da : <i>Curitiba — Arroio do Meio, RS — Florianópolis</i>	3
20.	Divina Providência, Pequenas Irmãs da : <i>Belo Horizonte — Rio de Janeiro — Arroio do Meio, RS — Florianópolis</i>	4
21.	Divino Salvador, Irmãs do : <i>Videira, SC — São Paulo</i>	2
22.	Dominicanas da Beata Imelda, Irmãs : <i>Cornélio Procopio, PR</i> ..	1
23.	Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils : <i>Brasília — São Paulo</i>	2
24.	Enfermos, Camilianas Ministras dos : <i>Rio de Janeiro</i>	1
25.	Escolas Cristãs da Misericórdia, Irmãs das : <i>Leme, SP</i>	1
26.	Escolares de Nossa Senhora, Irmãs : <i>Pôrto Alegre — São Paulo</i> ..	2
27.	Espírito Santo, Missionárias Servas do : <i>São Paulo — Ponta Grossa, PR</i>	2
28.	Espírito Santo, Oblatas do : <i>Belo Horizonte</i>	1
29.	Franciscanas da Ação Católica, Congregação das : <i>Lages, SC</i>	1
30.	Franciscanas de Allegany, Irmãs : <i>Anápolis, GO</i>	1
31.	Franciscanas do Atonement, Irmãs : <i>Jataí, GO</i>	1
32.	Franciscanas do Coração de Maria, Irmãs : <i>Campinas, SP</i>	1
33.	Franciscanas da Divina Providência, Filhas : <i>São Paulo</i>	1
34.	Franciscanas de Gnadental, Irmãs : <i>São Paulo</i>	1
35.	Franciscanas da Imaculada Conceição, Irmãs : <i>Araraguara, SP — Pirassununga, SP</i>	2
36.	Franciscanas da Imaculada Conceição de Bonlanden, Irmãs : <i>Itaipocertica da Serra, SP</i>	1
37.	Franciscanas Missionárias de Maria, Instituto das : <i>Rio de Janeiro</i> ..	1
38.	Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora, Irmãs : <i>Erezim, RS</i>	1
39.	Franciscanas Nossa Senhora do Amparo, Irmãs : <i>Petrópolis, RJ</i> ..	1
40.	Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida, Irmãs : <i>Pôrto Alegre</i> ..	1
41.	Franciscanas de Nossa Senhora do Bom Conselho, Terceiras Regulares : <i>Recife</i>	1
42.	Franciscanas de Nossa Senhora, Irmãs Terceiras : <i>Baspendi, MG</i> ..	1
43.	Franciscanas da Providência de Deus, Irmãs : <i>São Paulo</i>	1
44.	Franciscanas de São Bernardino de Sena : <i>Pôrto Alegre</i>	1

46.	Franciscanas da Santíssima Trindade, Irmãs : <i>Rio Negro, PR</i> ..	1
47.	Franciscanas de São José, Irmãs : <i>Angelina, SC</i>	1
48.	Franciscanas da Terceira Ordem Seráfica, Irmãs : <i>Pindamonhan-</i> <i>gaba, SP</i>	1
49.	Imaculada, Missionárias da : <i>São Paulo</i>	1
50.	Imaculada Conceição, Irmãzinhas da : <i>São Paulo — Nova Trento,</i> <i>SC — Avaré, SP — Belo Horizonte — Curitiba</i>	5
51.	Imaculada Conceição da Mãe de Deus, Irmãs Missionárias : <i>Mid-</i> <i>dleville, N.J., EUA, e Olinda, PE</i>	2
52.	Imaculado Coração de Maria, Irmãs : <i>Pôrto Alegre — São Paulo —</i> <i>Santa Maria, RS — Caxias do Sul, RS</i>	4
53.	Instrução Cristã, Religiosas da : <i>Recife</i>	1
54.	Jesus Adolescente, Irmãzinhas de : <i>Campo Grande, MT</i>	1
55.	Jesus Crucificado, Missionárias de : <i>São Paulo — Rio de Janeiro</i> <i>— Fortaleza — Campinas, SP — Pôrto Alegre</i>	5
56.	Jesus Maria José, Pia União de : <i>São Paulo</i>	1
57.	Maria Auxiliadora, Filhas de : <i>Campo Grande — São Paulo — Re-</i> <i>cife</i>	3
58.	Maria do Brasil, Servas de : <i>Rio de Janeiro</i>	1
59.	Maria Imaculada, Pequenas Missionárias de : <i>São José dos Cam-</i> <i>pos, SP</i>	1
60.	Maria Reparadora, Irmãs Servas de : <i>Rio de Janeiro</i>	1
61.	Mensageiras de Santa Maria, Instituto das : <i>Fortaleza</i>	1
62.	Mercedárias Missionárias do Brasil, Religiosas : <i>Salvador</i>	1
63.	Murialdinas de São José, Irmãs : <i>Caxias do Sul, RS</i>	1
64.	Nossa Senhora, Irmãs de : <i>Passo Fundo, RS — Canoas, RS</i>	2
65.	Nossa Senhora de Belém, Congregação de : <i>Rio de Janeiro</i>	1
66.	Nossa Senhora do Calvário, Irmãs de : <i>São Paulo</i>	1
67.	Nossa Senhora do Cénaculo, Congregação de : <i>Rio de Janeiro</i> ...	1
68.	Nossa Senhora das Dores, Congregação das Religiosas Missioná-	
	rias de : <i>Rio de Janeiro</i>	1
69.	Nossa Senhora da Glória, Pia Sociedade de : <i>Recife</i>	1
70.	Nossa Senhora do Hôrto, Congregação de : <i>Pôrto Alegre</i>	1
71.	Nossa Senhora de Lourdes, Religiosas de : <i>Rio de Janeiro</i>	1
72.	Nossa Senhora das Mercês, Irmãs de Caridade de : <i>Niterói</i>	1
73.	Nossa Senhora da Misericórdia, Filhas de : <i>Rio de Janeiro</i>	1
74.	Nossa Senhora da Piedade, Irmãs Auxiliares de : <i>Belo Horizonte</i> ..	1
75.	Nossa Senhora da Ressurreição, Irmãs de : <i>Rio de Janeiro</i>	1
76.	Nossa Senhora do Sagrado Coração, Filhas de : <i>São Paulo</i>	1
77.	Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento, Irmãs de : <i>Manhumim-</i> <i>irim, MG</i>	1
78.	Nossa Senhora de Sion, Congregação de : <i>São Paulo</i>	1
79.	Passionistas de São Paulo da Cruz, Irmãs : <i>Curitiba — São Paulo</i>	
80.	Penitência e Caridade Cristã, Franciscanas da : <i>São Leopoldo, RS</i> <i>— Santa Maria, RS</i>	2
81.	Penitentes Recoletinas, Irmãs : <i>Barroso, MG</i>	1
83.	Sacré Coeur de Jésus, Religiosas do : <i>Rio de Janeiro</i>	1
83.	Sacré Coeur de Marie, Irmãs do : <i>Rio de Janeiro</i>	1
84.	Sagrada Família de Bordéus, Congregação da : <i>São Paulo</i>	1
85.	Sagrado Coração de Jesus, Filhas do : <i>Pôrto Alegre</i>	1
86.	Sagrado Coração de Jesus, Irmãs Missionárias do : <i>Curitiba —</i> <i>São Paulo</i>	2
87.	Santa Catarina, V. M., Irmãs : <i>São Paulo</i>	1
88.	Santa Clara, Congregação de : <i>São Gonçalo, RJ</i>	1
89.	Santa Dorotéia, Congregação das Irmãs de : <i>Nova Friburgo, RJ</i> <i>— Recife — Fortaleza</i>	3
90.	Santa Marcelina, Irmãs de : <i>Itaquera, SP</i>	1

91.	Santa Maria de Monte Oliveto, Congregação da : <i>Ribeirão Preto, SP</i>	1
92.	Santa Teresa de Jesus, Companhia de : <i>Pôrto Alegre</i>	1
93.	Santa Teresa de Jesus, Filhas de : <i>Crato, CE — São Paulo</i>	2
94.	Santa Ursula, Congregação de : <i>Rio de Janeiro</i>	1
95.	Santa Zita de São Paulo no Brasil, Irmãs de : <i>São Paulo</i>	1
96.	Santana, Filhas de : <i>Recife</i>	1
97.	Santíssima Trindade, Servas da : <i>Rio de Janeiro</i>	1
98.	Santíssimo Sacramento, Religiosas do : <i>Salvador</i>	1
99.	Santo Agostinho, Cônegas de : <i>São Paulo</i>	1
100.	Santo Sepulcro, Ordem das Cônegas Regulares do : <i>Campinas, SP</i>	1
101.	São Camilo, Filhas de : <i>São Paulo</i>	1
102.	São Carlos Borromeu, Irmãs Missionárias de : (Scalabrinianas) <i>Cartas do Sul, RS</i>	1
103.	São Domingos, Congregação União Romana de : <i>Belo Horizonte</i> ..	1
104.	São Félix Cantalício, Irmãs de : <i>Niterói</i>	1
105.	São Francisco, Irmãs da Ordem Terceira Regular de : <i>Areia, PB</i> ..	1
106.	São José de Chambery, Irmãs de : <i>Garibaldi, RS — Lagoa Vermelha, RS — São Paulo — Curitiba — Pôrto Alegre</i>	5
107.	São Vicente de Paulo de Gysogen, Irmãs de : <i>São Paulo</i>	1

Institutos religiosos : 107

Representantes : 143

“ECUMENISMO NÃO SERÁ FÁCIL NA AMÉRICA LATINA”, diz líder luterano.

O ecumenismo entre católicos e luteranos na América Latina não será tarefa fácil nem simples, conforme afirmação do Presidente da Federação Luterana Mundial.

O Dr. Fredrik A. Schiøtz, no IV Congresso Luterano Latino-Americano de Lima (10-15 de julho), expressou seu pensamento de que, apesar de vários encontros ecumênicos entre católicos e luteranos, o maior obstáculo para estender o ecumenismo entre as duas crenças é um problema de número.

“O Luteranismo é uma minoria na América Latina. Isto significa que há relativamente muito pouco contato entre as duas religiões. Este problema não existe em muitos outros países da Europa, onde o número de católicos e luteranos é equivalente...”

“Entre os próprios luteranos há alguns que manifestam suas reservas sobre a sinceridade do movimento ecumênico. Eles pensam que os católicos tentarão converter ao catolicismo os participantes do diálogo, o que, em vez de patrocinar a aproximação, criaria ressentimentos”.

Acrescentou o Dr. Schiøtz que, embora sempre sejam divergentes as concepções sobre a natureza da Igreja entre luteranos e católicos, as relações já não são de rivalidade.

Encontro das Madres Gerais e Provinciais

Desde as primeiras Assembléias era costumê fazer reuniões especiais para as revmas. madres gerais e provinciais. Como a Assembléia dêste ano reuniu, pela primeira vez, todos os superiores maiores, inclusive madres, e a discussão dos assuntos em pauta exigiu muitos esforços tanto da parte dos expositores como da parte dos participantes, achou-se mais conveniente não prolongar as reuniões além dos três a quatro dias previstos. Entretanto, a reflexão mais aprofundada sôbre as expectativas das madres e sôbre a oportunidade única que se oferecia tão naturalmente a um encontro em que fôsem debatidas certas coisas de interêsse e da competência das madres gerais e provinciais, levaram-nos a convidar as mesmas para se demorarem mais três dias conosco. Infelizmente, o convite não chegou a tôdas as casas de govêrno, de maneira que várias já estavam com as viagens de volta marcadas. Assim mesmo, algumas ainda puderam dar o seu *jeitinho*. Demos graças a Deus que o número, acrescido de assistentes, chegou em alguns dias a 200.

Embora não seja possível recapitular tudo quanto foi tratado nesta reunião, lembraremos brevemente os assuntos principais e os respectivos expositores :

1. Depois de ter saudado as madres presentes, Frei Francisco Xavier Bockey, O.F.M., interpretou a necessidade da adaptação da vida religiosa, explicando sobretudo o conceito genuíno da renovação. Em seguida, tratou do objeto que negativa ou positivamente está sujeito à adaptação, acrescentando algumas explicações referentes aos critérios a observar e às autoridades competentes para fazê-la. No mais, respondeu a grande número de perguntas feitas por escrito ou oralmente, focalizando em especial algumas questões relativas à administração dos bens das ordens e congregações.

2. O Revmo. Frei Romeu Dalle, O.P., perito do Concílio, instruiu as madres sôbre a posição da religiosa na Igreja, conforme o Vaticano II, interpretando com muita felicidade ao alcance de tôdas o capítulo sexto da Constituição *Lumen Gentium*. Relembrando as passagens principais, mostrou-lhes a visão magnífica que o Concílio deu da vida religiosa firmemente relacionada com a vida e a santidade da Igreja.

3. O Secretário-Geral, Padre Tiago G. Cloin, C.S.S.R., aproveitou a oportunidade para falar às madres sôbre o apostolado das religiosas. Depois de se ter referido àqueles que curam da atividade apostólica das

irmãs, teceu também considerações sobre as responsáveis pela formação apostólica das mesmas, delineando assim as relações entre as religiosas e a Jerarquia eclesiástica. Insistiu na necessidade de uma mudança de mentalidade da parte de muitas religiosas na Igreja e apontou o diálogo como único caminho para eliminar possíveis dificuldades entre superiores maiores e as autoridades diocesanas. Em segundo lugar, versou sobre a renovação do apostolado das religiosas, frisando a necessidade do aperfeiçoamento da técnica profissional e o aprimoramento da evangelização. Lembrou a renovação como elemento indispensável para novas formas de apostolado *dentro da linha e além da linha* do apostolado tradicional. Terminou a sua exposição mostrando a importância dos critérios a observar, quando se tratar de novas fundações de casas ou obras. Para banir eventuais choques de interesses mais imediatos que na ocasião possam surgir, o relator recomendou visão, firmeza e diálogo.

4. A fim de nortear as madres na justa aplicação da liturgia reformada, Dom Timóteo Amoroso Anastácio, O.S.B., Subsecretário do Secretariado Nacional da Sagrada Liturgia da CNBB, referiu-se em sua conferência à verdadeira reforma intencionada pelo Vaticano II. A finalidade principal não teria sido criar uma nova liturgia, mas a de restituir às ações e aos objetos litúrgicos o seu verdadeiro valor e o seu significado genuíno. Insistiu na importância teológica da liturgia como ápice para onde converge a ação da Igreja e ao mesmo tempo como fonte de onde promana toda a sua força (cf. art. 10 da *Const. sobre a Sag. Liturgia*). Tendo ainda exposto os direitos da Santa Sé e a competência dos Ordinários locais, passou a responder a uma série de perguntas práticas.

5. O Diretor do Departamento de Saúde da CRB, Padre Lydio Milani, Camiliano, traçou para as religiosas interessadas nas questões hospitalares um quadro exato da situação atual dos hospitais administrados ou cuidados por religiosas. Através de gráficos e estatísticas mostrou a desproporção entre as forças existentes e os elementos necessários para prover às instituições de saúde. De outro lado deixou também claro que as religiosas formadas, quer pelo curso superior quer pelo curso de auxiliares, não correspondem, de forma alguma, às necessidades nem aos compromissos ligados aos hospitais em mãos de religiosas. Chamou a atenção das madres para a nova legislação e interpretou para elas os dados apurados através dos inquéritos realizados pelo Departamento. Alertou as responsáveis a respeito do apostolado nos hospitais e, de certas cláusulas que constam ou deveriam constar dos contratos, prometendo ainda ajudá-las no que lhe fôr possível.

6. Conforme S. Ex.^a Revma. Dom Cândido Padim, O.S.B., Secretário do Secretariado Nacional de Educação e Ensino da CNBB, prometera, apresentou-se aos padres e madres superiores maiores para res-

ponder a perguntas a que, por falta de tempo, não pudera atender durante a Assembléia. Ainda que não fôsse licito esperar que Sua Excelência trouxesse soluções adequadas para tôdas as dificuldades surgidas e a surgir no setor da educação, deu contudo uma visão dos problemas, segundo a qual os responsáveis pela Igreja no Brasil talvez venham a pautar suas atitudes no curso dos próximos anos. Durante as discussões que se prolongaram por uma hora, não se falou apenas das tarefas do Secretariado da CNBB em suas relações com a AEC e a CRB, mas foram apresentadas também situações dolorosas de colégios e ginásios em poder de religiosas, sem possibilidades de sobreviver por causa dos institutos oficiais fundados ao lado dêles, enquanto por outro lado não é rara a discrepância entre a suntuosidade de alguns prédios religiosos e a sobriedade das construções estatais. Muitos dos tópicos aqui apenas apontados constituirão uma constante preocupação do Secretariado Nacional da CNBB e do Departamento de Educação da CRB, em estudos.

7. Cedendo à premência do tempo, Frei Francisco Xavier respondeu ainda resumidamente à maior parte das questões entregues por escrito, passando então à leitura de algumas *Conclusões e Votos* formulados de acôrdo com as resoluções das superiores gerais, reunidas em Roma no ano de 1952. Os aplausos no final da leitura consagraram os princípios expostos e traduziram a resolução das madres presentes em aplicá-los nas suas congregações. É este o texto :

CONCLUSÕES E VOTOS

As superiores, para satisfazerem filialmente aos desejos e às diretrizes da Santa Igreja, após haverem ouvido as diversas referências, crêem oportuno precisar seu programa de trabalho com as seguintes conclusões :

1. As superiores, com seus Conselhos, colaborarão no santo movimento de *atualização* da vida religiosa, pelo que se refere ao aumento e cultivo das virtudes humanas e cristãs, pela formação integral de cada um dos seus membros e pelos métodos de apostolado genérico e específico, conforme às necessidades da Igreja e do mundo neste momento histórico.

A *renovação*, por um lado, deve ser orientada segundo o espírito de nossos fundadores e de suas discípulas mais eminentes para não perder nem deixar sem fruto algo que seja vital; por outra parte, deve adaptar-se às necessidades presentes, aos costumes da vida e de trabalho, não somente para ajustar-se a suas gravíssimas e urgentes necessidades, mas também para servir-se de suas imensas possibilidades e chegar às inteligências e aos corações dos nossos irmãos e irmãs com a mesma vastidão de vistas e coragem de iniciativas que teriam hoje nossos fundadores e fundadoras.

2. Na *vida ascética* assinalam-se os seguintes pontos fundamentais :

a) Tomar um cuidado particular no desenvolvimento da personalidade de cada religiosa, no exercício das virtudes humanas e cristãs e na aplicação constante às virtudes religiosas.

b) Ter cuidado material também com a saúde das religiosas; agir de modo que o trabalho de cada uma seja ordenado e moderado; dar a cada irmã o tempo e a possibilidade de cumprir seus exercícios de piedade.

c) Estabelecer horários razoáveis e adaptados, para as diversas regiões, às possibilidades e aos serviços apostólicos confiados atualmente às religiosas.

d) Prover com especial caridade e em tempo às necessidades dos doentes.

e) Em cada casa religiosa assegurar a tôdas as irmãs a possibilidade e a facilidade de uma vida cristã (com a palavra de Deus, os sacramentos etc.) e de uma vida religiosa, a fim de que possa corresponder às exigências obrigatórias ou convenientes às almas consagradas ao Senhor (dias de retiro, exercícios espirituais, práticas próprias do instituto).

3. *No que concerne ao governo :*

a) Não perder de vista que temos necessidade de superiores e de formadoras equilibradas, nobres e delicadas; de almas santas e resolvidas a tornar-se tais, bem preparadas para sua santa missão e que, esquecidas de si mesmas, se dêem generosamente a seus deveres de mães na valorização dos dons naturais e sobrenaturais das súditas.

b) Para a formação e o aperfeiçoamento contínuo das superiores e das educadoras (mestras de noviciados, diretoras de aspirantes e junioristas) devem ser empregados os meios oportunos, tais como a escolha das pessoas, por critérios santos e providentes; por exemplo, não excluir as jovens do acesso aos cargos, nem exigir o que o Direito Canônico não exige, nem obstinar-se em reeleger as mesmas pessoas. A Igreja tem a intenção de que se observem as leis e as constituições do instituto, costumando estas aconselhar as superiores a se alternarem no superiorado, a fim de que nenhuma seja privada do bem da obediência. Quer ainda que, sendo as outras condições iguais ou quase iguais, entre a superiora no cargo e uma nova superiora, se prefira eleger a nova. Evitar-se-ão assim crises lastimáveis e conseguir-se-á um número maior de religiosas formadas para o governo.

c) Em geral, o governo deve proceder com seriedade e discernimento, tomar com caridade e firmeza as decisões necessárias quanto às mudanças, transferências etc. e distribuir eqüitativamente os trabalhos.

d) Nas visitas, empregar o tempo necessário para examinar bem o que respeita às súditas, às coisas, aos registros etc.; dar a tôdas afetuosamente a possibilidade de falar com liberdade e em segredo. Confiar nas superiores e nas religiosas ocupadas em seus ofícios e permitir iniciativas, sem que elas, no entanto, se esqueçam de que continuam submissas à disciplina, de acôrdo com o próprio cargo.

4. Para a formação das religiosas :

a) Aproveitar os cursos gerais para religiosas, a fim de estudar, pelo menos em seus elementos essenciais : a ascese cristã, a vida religiosa, a teologia, a filosofia, a pedagogia, a psicologia, o direito canônico e o direito civil, a moral etc., em suma, tôdas as coisas necessárias para uma boa formação de almas consagradas.

b) Fazer cursos de adaptação às necessidades atuais do mundo; cursos êstes organizados pelo próprio instituto ou em união com outras congregações.

c) Difundir entre as irmãs revistas a elas destinadas, tanto de interesse geral como espiritual.

d) Procurar conhecer e estudar cuidadosamente os documentos da Santa Sé.

5. Para o apostolado :

a) Recordar-se de que o apostolado é uma graça, uma vocação à qual urge corresponder, cumprindo fielmente as obrigações inerentes. Importa manter o sentido sobrenatural, reavivar nas religiosas o espírito de oração, proporcionar-lhes exercícios espirituais apropriados para elas, livros e cursos para desenvolver sua cultura etc.

b) Lembrar-se de que o apostolado é também uma ciência, uma arte, e que a Santa Igreja insiste igualmente sobre a elevação do nível da cultura literária, técnica e profissional das religiosas, sobre a necessidade de manter-se em dia sem jamais estimarem que seu próprio grau de cultura seja suficiente para as necessidades atuais.

c) Lembrar-se enfim da grande oportunidade e utilidade de estabelecer secretariados para as obras apostólicas, em cada província ou em cada congregação.

6. Para a colaboração :

É infelizmente um fato freqüente viverem e trabalharem as religiosas ignorando-se umas às outras. Este fato ocorre mais facilmente com relação às superiores do que às súditas. No entanto, tôdas nós estamos, fraternalmente, ligadas e unidas a Cristo pelo laço comum da profissão religiosa que emitimos.

Desta ignorância decorrem para a Igreja de Deus, para as próprias religiosas e para as almas, muitos danos que devemos evitar. Dentre êles, um é a lastimável ausência de coordenação, a qual se traduz por uma falta de ajuda fraternal, em tantas atividades que poderiam reunir tôdas as forças, com grande proveito comum. Graças a mais vasta colaboração, poder-se-ia intensificar a ação de tôdas para a maior glória de Deus e realizar obras que nenhuma congregação poderá concretizar sôzinha.

O FENÔMENO DA PLURALIZAÇÃO OBRIGA A PASTORAL A ADAPTAÇÃO

Observações de círculos de estudo

1.ª Pergunta: *Já existem no Brasil sinais de pluralização sócio-cultural?*

Resposta: Há vários sinais todos demonstrados pelas diferentes formas de reação diante de um mesmo fato, por diferentes classes sociais. A opinião pública católica está dividida em prós e contras (inclusive o clero). Exemplo: padre na política, Campanha do Rosário, o térço contra Brizola em Belo Horizonte...

2.ª Pergunta: *O fato da pluralização sócio-cultural traz vantagens ou desvantagens para a Igreja?*

Resposta: O fato da pluralização sócio-cultural traz vantagens e desvantagens.

Traz vantagens :

a) Leva a substituir o cristianismo de tradição pelo cristianismo de opção e de adesão, tornando-o mais autêntico, adulto, dinâmico e ativo.

b) Leva ao reconhecimento de um valor religioso intrínseco às realidades temporais : economia, arte, trabalho, esporte etc.

c) Traz maior respeito à liberdade humana, dando ao indivíduo maior faculdade de opção.

Traz também desvantagens:

a) Dificulta ao cristão o descobrimento de Cristo.

b) Facilita o neopaganismo, o materialismo, de que se impregna a sociedade hodierna.

c) Dificulta, por isso, a penetração da Igreja, pois gera a desconfiança para com ela e a própria descrença das massas.

3.ª Pergunta: *A pastoral no Brasil deve ser pluralista ou de crise, fundada?*

Resposta: Nos ambientes de mentalidade pluralista, deve ser pluralista. Nos ambientes de mentalidade ainda piramidal ela há que preparar pouco a pouco as populações para uma visão pluralista de pastoral. A pastoral deve adaptar-se ao mundo. Há que aproveitar os sinais dos tempos. Esta adaptação enriquece a Igreja e desabrocha a fé nos cristãos.

O seminarista de hoje precisa abrir-se para uma pastoral pluralista. Dar ao seminarista o sentido do realismo. Dar oportunidade para uma pastoral pluralista como experiência. Certo saudosismo constantiniano de alguns formadores não tem mais justificativa. Especialmente num clima lançado pelo Concílio. A mesma observação vale para os professores. Aliás, o seminário central preconizado pela CRB virá atender a este aspecto, além de proporcionar aos alunos melhores professores e mais contato entre seminaristas.

A pastoral pluralista exige capacidade de interrogar e julgar a realidade, quer sociológica, quer teologicamente. Daí a necessidade de uma teologia pastoral renovada para não cometer o erro de aplicar esquemas teológicos antigos sobre realidades terrestres novas.

Os pastores precisam estar preparados para assumir, interpretar e promover pastoralmente os ambientes. A transferência de um lugar para outro deste incenso país precisa ser preparada com estudo.

Características de pastoral pluralista

- 1) Maior presença da Igreja no mundo.
- 2) Maior atuação dos leigos na Igreja — principalmente através da Ação Católica especializada e oficializada pela Igreja.
- 3) Pastoral mais descentralizada, mais aberta ao diálogo.
- 4) As realidades terrestres são olhadas com mais otimismo e se lhes dá mais valor e atenção.
- 5) A moral dialogal que inculca a responsabilidade pessoal e comunitária.
- 6) Pastoral mais litúrgica.

Características da pastoral piramidal

- 1) A Igreja e os pastores são menos engajados, menos comprometidos com a realidade.
- 2) Competência pastoral *exclusivista* — daí a centralização da ação pastoral na mão do sacerdote.
- 3) Monólogo onisciente.
- 4) Tendência a manter a união Igreja-Estado.
- 5) Tendência a uma moral defensiva, negativa, individualista.
- 6) Fuga do mundo.

Religiosas Que Dirigem Carro

FREI FRANCISCO XAVIER BOCKEY, O.F.M.

Pergunta: *É verdade que existe uma lei eclesiástica que proíbe às religiosas dirigirem carro?*

Resposta: Não existe nenhuma lei geral neste sentido. Isto não exclui que haja determinações particulares em alguns lugares. Basta lembrar o Primeiro Sínodo de Roma, promulgado em 1960. Em seu artigo 87, parágrafo 1.º, proíbe este Sínodo aos clérigos e religiosos, quer homens quer mulheres, indistintamente, que guiem qualquer veículo motorizado, sem licença por escrito do Vicariato Romano. No entanto, limitando-se a prescrição à diocese de Roma, não tem caráter geral. Além disso, o Sínodo acentua expressamente que a licença não será negada às irmãs, por serem mulheres, mas porque "As religiosas não devem sair de casa senão em caso de real necessidade (cf. cân. 607); neste caso, devem estar adequada e convenientemente vestidas" (art. 195).

Sem dúvida, refere-se a última advertência às diretrizes publicadas em 17 de dezembro de 1958 pela Sagrada Congregação dos Religiosos. Lemos nessas diretrizes: "A mente da Sagrada Congregação é que as vestes das irmãs, munidas da licença de suas superiores para dirigirem carros, sejam para este fim modificadas de tal maneira que garantam uma visão desimpedida. Ainda que isto possa envolver um recuo temporário dos dispositivos das constituições, a exceção é justificada, particularmente em vista dos perigos que envolve a direção de carro sem a visão mais clara possível para todos os lados".

Mas também na observância fiel das constituições se oferece à religiosa alívio e socorro a fim de, em nossos dias, ela poder ser uma boa professora, enfermeira eficiente, modelar assistente social, em qualquer setor e tarefa que se lhe depare. Já, em 11 de setembro de 1951, dissera o Santo Padre Pio XII: "Isto vale também no campo puramente técnico. Por exemplo: hoje, em diversos países, também as irmãs, vestidas de maneira conveniente, andam de bicicleta, se seus trabalhos o exigirem. No começo, isto foi sem dúvida desusado, mas não era uma infração da santa regra".

Podemos daí concluir que se o andar de bicicleta não contraria as constituições, também não implicará infração às mesmas constituições o dirigir carro. As únicas condições a estipular são a competência da irmã em dirigi-lo bem, a possibilidade de ela escutar desimpedidamente e olhar, sem dificuldade alguma, para todos os lados. Resumindo, diremos: a Igreja não só não proíbe às irmãs que guiem automóveis, mas ainda recomenda que se aproveitem desta conquista da técnica, quando os trabalhos e as tarefas de ensino, enfermagem ou de apostolado o recomendarem.

Todavia, levando em consideração as experiências cotidianas, as condições do tráfego e os desastres em que irmãs perderam sua preciosa vida, tudo nos faz insistir em que as religiosas se adaptem rigorosa e definitivamente às recomendações da Santa Sé no que diz respeito ao vestuário. Vimos na América, país onde chegaram as primeiras advertências, que certas irmãs substituíram a tóca por uma simples cobertura de cabeça, sem véu e demais pertences. Importa ainda evitar tudo que possa impedir os pés de se movimentarem livremente e de forma a não pisarem o hábito, quando seria preciso tê-los no freio. O repuxo constante do véu e do hábito, que constituem a maior preocupação das motoristas religiosas, põe em perigo a vida destas e das passageiras. Procedam as irmãs, portanto, às reformas necessárias e convenientes neste particular.

PEDIDOS DE NOVAS FUNDAÇÕES

Quilombo, SC — Cidade com 5 000 habitantes, num município de 15 000. Colônia 80% italiana e 20% alemã. Todos gaúchos. Colonização recente, em região de grande progresso. Excelente centro de vocações, contando com mais de trinta seminaristas e juvenistas.

Precisa-se de irmãs religiosas — pelo menos duas ou três — para dirigirem o HOSPITAL recém-fundado.

Tratar com :

Padre Bernardo Gemin

Vigário

Via Chapecó

QUILOMBO — Sta. Catarina

CURSO DE FORMAÇÃO DE RESPONSÁVEIS DA LITURGIA

10 de janeiro a 11 de fevereiro de 1966

Para sacerdotes, religiosos e leigos, especialmente os encarregados da Liturgia nos secretariados regionais da CNBB, nas dioceses, nos seminários, nas congregações masculinas e femininas.

Cursos teóricos e práticos

Sob a orientação de professores competentes, compreendendo as matérias e trabalhos referentes a uma Liturgia no mundo de hoje.

Iniciação à Liturgia

- fundamentos bíblicos, patrísticos, teológicos
- a Liturgia na história da salvação
- o mistério do culto
- história da Liturgia
- introdução à sociologia religiosa
- a reforma conciliar da Liturgia

Problemas atuais da Liturgia

- realidade brasileira e Liturgia
- a Liturgia na pastoral de conjunto
- os sacramentos da iniciação cristã no Brasil de hoje
- sacramentalização dos não-praticantes
- Liturgia e missão
- Liturgia e cultura (problema do vernáculo e dos valores culturais assumidos)
- Liturgia nos colégios
- a participação do Povo de Deus na ação litúrgica

O mundo litúrgico: estrutura e espírito

- a ordem sacramental
- a assembléia litúrgica
- a celebração dos ritos : gestos, coisas sagradas, palavras, silêncios

- pastoral das missas : a ação sagrada — a funcionalidade dos "atores" : formação do celebrante, do comentador, dos leitores etc.
- pastoral dos sacramentos : iniciação — penitência — matrimônio
- Liturgia familiar
- sacramentalização do espaço : o templo
- sacramentalização do tempo : os ciclos litúrgicos : Páscoa, Domingo. O Ofício Divino
- arte sacra
- música sacra

As celebrações da Palavra de Deus

Teoria e prática. Os officios sem sacerdote.

Condições de admissão

O curso se destina sobretudo a sacerdotes e religiosos, especialmente os encarregados da Liturgia nos secretariados regionais, nas dioceses, congregações. Admite também religiosas e leigos de cultura religiosa superior.

Os sacerdotes e religiosos e religiosas devem trazer a apresentação do superior eclesiástico ou religioso competente.

As matrículas se encerrarão a 30 de novembro de 1965, no Secretariado Nacional de Liturgia, Ladeira da Glória, 99 — Cx.P. 85 — (ZC-01), Rio de Janeiro — GB.

O curso funcionará na sede do ISPAC, à Rua Cosme Velho, 120.

Preços : na data da inscrição — Cr\$ 5 000
no início do curso — Cr\$ 25 000

CONCLUSÕES DA II SEMANA DE PASTORAL

No decorrer da II Semana de Pastoral, realizada em Valinhos, SP, na chácara São Joaquim, os participantes chegaram às seguintes conclusões:

1. Na pregação e na catequese devemos insistir muito mais no mistério pascal, acentuando que este compreende não apenas fatos históricos a respeito de Jesus, mas que é um movimento dinâmico de transformação dos homens e da sociedade, que tem seu ponto culminante na morte e ressurreição de Jesus e que será coroado na *parusia*.

A liturgia nos insere ritualmente neste mistério, nesta ação transformadora de Deus através de Cristo. Por isso é importante acentuar que é

um memorial, uma recordação que perpetua e reatualiza aquêlé mistério, uma inserção do homem na ação salvadora de Deus.

Esta inserção do homem no mistério pascal implica a conversão do homem velho no homem nôvo, como morte ao pecado e transformação em Cristo.

2. Os participantes da II Semana de Pastoral consideram como perigo principal, que ameaça nossa renovação litúrgica, um artificialismo e um formalismo, que no fundo não é muito diferente do formalismo do passado. Persiste o perigo de o rito se transformar numa ação quase "mágica", na qual o importante é o *opus operatum* e é esquecido o *opus operantis*, a fé e a participação do cristão.

As causas dêste formalismo são as seguintes :

a) Mesmo entendendo a língua, o povo não entende o significado dos ritos, seja porque no passado êstes ficaram esvaziados, seja porque o povo não foi esclarecido a respeito do significado que conservaram.

b) Da parte do clero, os vários ritos não foram celebrados de molde a despertar nos fiéis o desejo de participar.

c) As inovações às vêzes são introduzidas "de cima para baixo", sem preocupação de conseguir uma adesão pessoal de cada um e uma adesão coletiva da comunidade a esta inovação. Sendo assim, o rito — mesmo o de significação simples — é encarado como uma coisa "imposta" com a qual o povo não se identifica porque não é "dêle" mas do "clero".

3. Por isso, os participantes do curso julgam o seguinte :

a) Normalmente uma inovação litúrgica deve entrar em vigor só depois de o povo ter aderido comunitariamente a ela. Isto para o povo poder assumir a responsabilidade que lhe cabe para fugir de uma liturgia clericalista.

b) A comunidade deve ser "persuadida" para aderir através de um diálogo, no qual o papel principal do clero paroquial é apresentar a motivação litúrgica, isto é, o significado de cada rito, o "sinal". Convém evitar a introdução de inovações na base de autoridade apenas.

c) É importante que o clero descubra aquêlé significado não na base de simples intuição, mas na base de estudo profundo, orientando-se com especialistas em liturgia. Então há de aparecer inevitavelmente a relação com o mistério pascal.

4. Por causa da séria deficiência de evangelização de nosso povo em séculos passados, os sacramentos perderam em grande parte sua significação como encontro com Cristo. Por isso urge instituir de nôvo o catecumenato, a ser realizado como preparação para os sacramentos de iniciação : o Batismo, a Primeira Comunhão e a Confirmação. Uma vez que, normalmente, o Batismo é administrado em criança, deve haver um catecumenato antes da Primeira Comunhão e outro antes da Confirmação. Nestas ocasiões procure-se dar uma evangelização também aos pais.

5. O catecumenato da Primeira Comunhão deve ser para a criança um convite para querer tomar parte plenamente — como espiritualmente adulta e com os adultos — na celebração do mistério pascal. A própria cerimônia da Primeira Comunhão deve significar uma integração maior na comunidade eucarística.

6. O catecumenato crismal deve ser um convite ao crismando para fazer sua opção pessoal — opção de fé adulta — em favor de Cristo, a fim de que a Crisma opere realmente o crescimento para a maturidade espiritual. De preferência devia ser administrada quando a pessoa vai assumir uma responsabilidade pessoal na sociedade ou na Igreja, isto é, quando vai começar uma vida de relativa independência dos pais ou do ambiente em que vive.

7. Para que os fiéis possam participar plenamente na santa missa, é preciso cultivar nêles o sentimento de constituírem uma assembléia — povo de Deus — o desejo de escutarem a palavra de Deus e a disposição de participarem no sacrifício de Jesus e assim de se inserirem na ação salvadora de Deus. Para conseguir êstes objetivos, também momentos de silêncio, orientados pelo comentador, são necessários. Convém continuar com as experiências com cânticos mais adaptados à liturgia do dia: na hora do introito, gradual, ofertório e comunhão, o povo repete uma aclamação depois de cada verso do salmo apropriado, cantado por um solista.

8. As confissões dos fiéis devem ser orientadas de tal maneira que passem a significar um engajamento no mistério pascal. Os meios principais para conseguir isto são:

a) uma renovação do exame de consciência, durante o qual os fiéis examinam sua atitude pessoal perante os grandes problemas da vida, sobretudo a partir de textos bíblicos, e

b) a celebração comunitária da palavra de Deus que convida à penitência e, eventualmente, à celebração comunitária do sacramento da penitência.

9. Quanto à Ordem, a vida sacerdotal deve dar testemunho do seu aspecto ministerial: estamos a serviço do povo de Deus. Julgamos que êste testemunho é condição para suscitar vocações para o sacerdócio.

Para cultivar esta idéia nos que se preparam para o sacerdócio, os seminários devem dar uma formação mais profunda e mais aberta para a sociedade.

10. Uma verdadeira renovação litúrgica supõe antes de mais nada uma renovação teológica, espiritual e pastoral do clero. Para êste fim é recomendável multiplicar os cursos, como também convidar teólogos e especialistas para as reuniões de padres nos conventos ou nos arciprestados. É isto não apenas para ajudar no planejamento, mas também para facilitar uma reflexão teológica na base dos ensinamentos do Concílio.

Quanto aos retiros, estes devem conservar seu caráter próprio, visando uma opção cada vez renovada em favor de Cristo. Sendo assim, têm finalidade distinta da de reuniões e encontros com objetivos pastorais. Mesmo assim, os retiros devem deixar claro que aquela opção inclui um engajamento intenso na causa de Cristo, de acordo com o estado de vida e a tarefa de cada um na Igreja.

CARTA DO SR. NÚNCIO APOSTÓLICO (*)

EM OUTUBRO COMEÇARÁ SUAS ATIVIDADES O INSTITUTO DE LATINIDADE

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1965

Reverendíssimo Padre,

Atendendo a um desejo da Santa Sé, comunico a V. Revma. que em Roma foi fundado o Pontifício Instituto de Latinidade preconizado pelo Papa João XXIII na Constituição Apostólica *Veterum Sapientia* e canonicamente erigido por S.S. o Papa Paulo VI com Motu Proprio de 22 de fevereiro de 1964.

Tal iniciativa prende-se à necessidade de prover à formação adequada dos futuros professores que se destinam ao ensino das Línguas Clássicas nos Seminários e casas de formação dos Religiosos, línguas tão necessárias ao estudo das disciplinas filosóficas e teológicas.

O dito Instituto iniciará suas atividades em sua nova sede no começo do próximo ano acadêmico (outubro de 1965).

Rogo pois, a V. Revma., queira dar conhecimento disto aos Revmos. Superiores Religiosos para que desde já tomem as medidas aptas ao envio de elementos para aquêlê Instituto.

Queira aceitar, Revmo. Padre, minhas religiosas saudações no Senhor,

(a) + BAGGIO

Núncio Apostólico

(*) *Endereçada ao Revmo. Sr.
Dom Martinho Michler
Presidente da CRB — Nesta*

III CONGRESSO BRASILEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

TEMA	: <i>PLANEJAMENTO PARA O BEM-ESTAR SOCIAL,</i>
DATA	: <i>24 a 29 de outubro de 1965</i>
LOCAL	: <i>Hotel Glória — Praia do Russel, 623, RIO DE JANEIRO</i>
OBJETIVO	: <i>Colaborar na elaboração de uma política de Planejamento Social, adequada à realidade brasileira</i>

Dentro das comemorações da Semana do Assistente Social, vai o Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social realizar, na cidade do Rio de Janeiro, de 24 a 29 de outubro próximo, o III CONGRESSO BRASILEIRO DE SERVIÇO SOCIAL.

O Congresso se iniciará com o estudo de realizações brasileiras para o bem-estar social. Numa segunda etapa, os congressistas analisarão as implicações, positivas e negativas, dessas realizações nos níveis *técnico, administrativo* e da *política da ação* para, finalmente, na terceira etapa, indicar as dificuldades, possibilidades e os caminhos de uma política brasileira de planejamento para a promoção do Bem-estar Social.

A Comissão Técnica conta com 24 profissionais, entre médicos, assistentes sociais, arquitetos, urbanistas, engenheiros, antropólogos, sociólogos, filósofo, economista e educadoras. Os trabalhos se processarão nas três etapas: na primeira, com sete grupos; na segunda, com três; na última, será o plenário, seguido de sessão solene de encerramento.

Ao fazer esta comunicação, a Conferência dos Religiosos solicita o acompanhamento dos trabalhos assim como eventualmente a participação direta nesse Congresso, pois tem a certeza que êle não será "apenas um encontro turístico mas algo que realmente marque na fixação de uma *política de ação* no campo de bem-estar social do Brasil" — no dizer de D. Aracy Cardoso, Diretora do Departamento de Serviço e Assistência Social da CRB.

— 000 —

ENCONTRO SOBRE PSICOLOGIA EDUCACIONAL

Um grupo de religiosas, em número de cento e vinte, de todos os recantos do País, participou de uma jornada de estudos sobre psicologia educacional, no Instituto das Irmãs de Caridade. Para tal encontro, foi convidado o Padre Guido Logger a fim de pronunciar uma palestra sobre a necessidade de formação cinematográfica dos jovens que estudam em seus colégios.

CERIS - Rio informa

● Quatro sacerdotes católicos assistiram ao SEMINÁRIO DEMOGRAFICO que, para fazer um estudo e avaliação de todos os aspectos da população, realizou-se em San Juan, Porto Rico, do dia 17 a 28 de maio. Dois dos sacerdotes são sociólogos pertencentes ao CERIS, o terceiro é um demógrafo e o quarto é um observador.

Os sacerdotes participantes do seminário populacional demográfico são: o Revmo. Pe. Juan Ramón Vega, secular, sociólogo Secretário-Geral do Secretariado Social Interdiocesano de El Salvador; o Revmo. Pe. Afonso Felipe Gregory, sociólogo do Brasil, Diretor do CERIS; e o Revmo. Pe. Domingos Armando Donida, também do CERIS. O Revmo. Pe. Anthony Riley, franciscano da paróquia de Santa Maria de Los Angeles, em Caparra Heights, assistiu como observador.

Auspiciaram o seminário demográfico conjuntamente a Agência para o Desenvolvimento Internacional e o Departamento de Medicina e Saúde Pública de Medicina da Universidade de Porto Rico. Este Departamento é dirigido pelo Dr. José Nine Curt.

O seminário tomou consciência do fato de que a maioria dos habitantes dos países latino-americanos são católicos e que "os problemas da população não são somente uma questão de números, mas sim da falta de recursos, de educação, de excessiva concentração da população e de uma grande falta de estatísticas demográficas para que os planejadores saibam exatamente o que está sucedendo e sobretudo os problemas de salubridade".

● O Dr. Herbert T. Wagner, chefe da Seção Demográfica da Agência para o Desenvolvimento Internacional no Brasil, revelou que provavelmente as universidades católicas de Notre Dame (EUA) e da PUC do Rio de Janeiro (Brasil) virão a formar conjuntamente uma EQUIPE DE ESTUDOS e investigações sociais para o ensino da demografia, com o fim de criar uma liderança responsável em cada país latino-americano para fazer frente aos problemas apresentados pela dinâmica populacional.

Vinte e seis representantes do Brasil participaram do seminário, incluindo nove secretários e outros importantes funcionários de saúde, assistência social, demográfica etc., de vários Estados; delegados de Jamaica, Chile, Honduras, dois ministros (Saúde e Planejamento) do Peru, do Salvador e Venezuela.

Entre os participantes portorriquenhos, encontrava-se o Dr. Guillermo Arbona, Secretário de Saúde. Entre os hóspedes do seminário, encontravam-se a Sra. Frances Howard, irmã do Vice-Presidente norte-americano Hubert Humphrey e socióloga do Departamento de Estado em Washington.

Padre Gregory e Padre Donida foram eleitos como coordenadores de dois grupos de trabalho constituídos para debater os problemas ventilados na primeira semana de palestras. As conclusões do seminário refletem bastante fielmente a doutrina da Igreja sobre essa temática, bem como o que parece ser no momento o interesse nacional dos países da América Latina.

● Faz parte dos objetivos do CERIS prestar colaboração e assessoria às várias organizações e cursos que viessem solicitar tal ajuda, e também manter-se articulado com todos os organismos e atividades que lhe são afins. Apresentamos aqui uma das muitas realizações que nos foram possíveis nesse setor :

Realizaram-se, no Rio, várias reuniões, a fim de preparar a fundação de um novo organismo que se chamaria SERVIÇO DE COOPERAÇÃO APOSTÓLICA INTERNACIONAL (SCAI). Essa instituição tem por finalidade ajudar ao pessoal que vem do exterior, acolhendo devidamente essas pessoas, informando-as sobre a realidade brasileira através dos dados disponíveis no CERIS e assistindo-as da melhor forma possível, quando já localizadas em seu campo de atividade. Vários membros do CERIS estiveram presentes nessas reuniões.

● Está em organização a BIBLIOTECA DO CERIS, que será franquçada a todos os interessados. Aguarda-se para breve a chegada das estantes e demais mobiliário, a fim de que se possa centralizar o acervo da biblioteca, facilitando, assim, o trabalho dos vários departamentos, no que se refere a pesquisas bibliográficas, bem como a consultas, de modo geral.

● O CERIS iniciará sua coleção, em PUBLICAÇÕES em português, estando já no prelo as traduções de dois volumes do FERES-Friburgo. O primeiro, em espanhol, "Las tareas de la Iglesia en América Latina", foi redigido por uma equipe especializada, da qual faz parte o Padre Afonso Gregory, atual Diretor do CERIS; o segundo, em francês, "L'Église et le monde", tem como autor o Padre François Houtart. Em andamento, a tradução do livro do Padre Émile Pin, "Elementos para una sociología del catolicismo latinoamericano", que deverá ser acrescida, mais tarde, de novos dados atualizados para o Brasil. A publicação está a cargo da Editora Vozes, de Petrópolis, que se encarregará também da venda desses livros.

"A profissão dos conselhos evangélicos se apresenta como um sinal que pode e deve atrair eficazmente todos os membros da Igreja para o cumprimento dedicado dos deveres impostos pela vocação cristã" (Lumen Gentium, cap. VI).

DIMENSÃO COMUNITÁRIA DA LITURGIA

Opiniões dos círculos

1) *Até que ponto podemos dizer que não apenas os fiéis individualmente mas também a comunidade como tal está tomando parte nos atos litúrgicos? Até que ponto nossa liturgia é de elite e não de massa?*

Resposta : O conceito "comunidade" é um conceito análogo. O mínimo necessário é que na hora do ato litúrgico os fiéis *constituam* uma comunidade. Entretanto, quanto mais sólidos forem os laços entre os fiéis, quanto mais os mesmos fiéis formarem uma comunidade de fé e de vida cristã fora do ato litúrgico, tanto mais se tornará possível que a comunidade tome parte na liturgia. Portanto, para aumentar a dimensão comunitária da liturgia, é preciso aplicar-se à educação da comunidade no seu sentido completo. E comunidade implica participação de todos na responsabilidade. Uma vez que freqüentemente apenas uma elite tem possibilidade de participar nessa responsabilidade — e não o povo todo — existe realmente o perigo de a nossa liturgia deixar de abranger também o povo comum.

2) *Será que o povo deve participar na responsabilidade dos atos litúrgicos?*

Resposta : O povo deve ter pelo menos responsabilidade na execução, de tal modo que o povo não é "forçado" a obedecer. Normalmente, e dentro do possível, deve participar também no planejamento, para que a liturgia se torne realmente "dêle". O fato é que só uma elite consegue assumir esta responsabilidade.

3) *Que impede ou dificulta ao povo assumir a responsabilidade que lhe cabe?*

Resposta : Em geral, a imaturidade da comunidade; os laços que unem os fiéis em comunidade são fracos. Por isso, tem pouca capacidade

de assumir comunitariamente as responsabilidades que lhe cabem. Uma das causas principais desta imaturidade é o clericalismo que caracteriza ainda nosso catolicismo.

4) *Muitos padres consultam os que lhes são mais achegados. Por que isto? Que achar disto?*

Resposta: Consultar os mais achegados pode ser motivado por necessidade de maior segurança. Consultar só a estes e não a comunidade inteira, pode ser motivado por atitude clerical ou por não saber como fazê-lo. Não se deve pensar facilmente que os mais achegados representem toda a comunidade, como seus líderes. É mais provável o contrário.

5) *Convém consultar os alunos de colégios e seminários a respeito de assuntos litúrgicos ou inovações?*

Resposta: Normalmente convém, sim, porque eles também devem participar na responsabilidade pelos atos litúrgicos. Esta não deve ser assumida exclusivamente pela direção do estabelecimento. Entretanto, o problema é: como fazer isto? De qualquer maneira, a direção deve deixar claro que ela reserva para si a decisão final.

A RESPONSÁVEIS POR NOVICIADOS

RETIFICAÇÃO

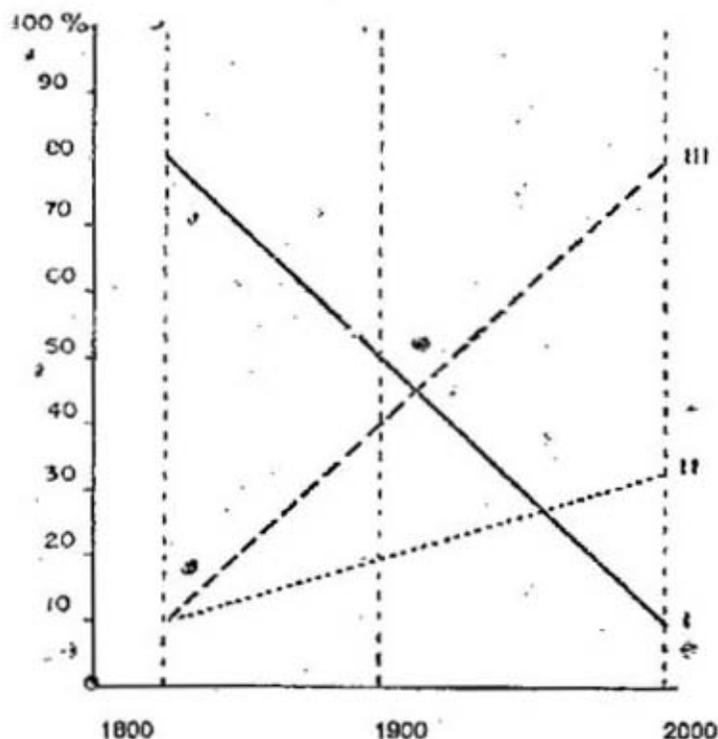
Ao contrário do que foi anunciado em nosso número anterior (p. 510), o ENCONTRO DAS MESTRAS DE NOVIÇAS não será realizado nos dias 11 a 16 mas sim de 16 a 20 de outubro próximo. O local é o mesmo: Casa de Retiros N. Sra. do Cenáculo. Rua Pereira da Silva, 135, Laranjeiras, Rio de Janeiro.

O ENCONTRO DOS MESTRES DE NOVIÇOS E CASAS DE FORMAÇÃO realizar-se-á de 17 a 21 de outubro. Local: Casa N. Sra. da Paz, Rua Visconde de Pirajá, 351, Ipanema, Rio de Janeiro.

EM QUE CONSISTE O FENÔMENO DA URBANIZAÇÃO

A evolução dos setores econômicos entre 1800-2000

(segundo Fourastier)



A p. 408 do último número de nossa Revista — quando nos referimos à anormalidade constatada na evolução dos três setores econômicos (primário, secundário e terciário) na América Latina — por absoluta falta de espaço foi-nos impossível inserir o gráfico que ora apresentamos e que esclarece como se desenvolve o processo normal de urbanização. Na América Latina não corresponde, no rápido decréscimo do setor primário, um aumento normal do secundário. Cresce, porém, desmedidamente, o setor terciário, causando o que os autores convencionaram chamar a "crise terciária".

A REDAÇÃO

Períodos : ARRANQUE — EXPANSÃO — CULMINAÇÃO

I — Sector primário : *agricultura, indústria extrativa e mineração*

II — Sector secundário : *indústria transformativa*

III — Sector terciário : *comércio, serviços, transportes*

Delas Revistas

CONVIVIUM (abril de 1965) — As pp. 3-22, vem publicado um artigo de Frank Tannenbaum que examina por que alguns países têm uma invejável estabilidade política e outros não. Um problema atual especialmente para a América Latina.

PRÊTRES DIOCÉSAINS (maio de 1965) — As pp. 197-205, Dom Jean Sauvage expõe a doutrina do Vaticano II sobre o sacerdote: *prêtres, que sommes-nous?* — Somos os ministros autênticos e indispensáveis que Cristo consagrou para uma missão específica na Igreja; introduzir os homens no povo da Aliança, unir a Igreja como corpo sacerdotal, ser de modo especial o sinal do encontro pessoal com Jesus Cristo que age por nós. Nossa ordenação nos introduz numa comunhão, porque ninguém esgota as riquezas infinitas do sacerdócio de Cristo, porque ninguém possui o sacerdócio como um bem próprio. A graça sacerdotal é uma graça que nos faz chefes espirituais, com maior ou menor extensão de responsabilidades, para servir e fazer crescer a unidade da Igreja. Mas, seja qual for a extensão das nossas responsabilidades, nunca as exercemos sem laço com o colégio dos bispos ou o presbitério diocesano (colégio de sacerdotes); desta maneira nosso ministério espiritual é um ministério que une a Igreja, para que ela seja *símbol* entre as nações.

— As pp. 213-218, Jean-Marie Aubert examina o problema dos lazeres.

— As pp. 222-226, E. Fournier apresenta algumas normas para a homília, feita durante a missa, para realizar a renovação da pregação, exigida pelo Concílio.

CIDOC INFORMA (1 de junho de 1965) — As pp. 155-161, vem um estudo sobre democracia no México e sobre a influência do clero na vida pública.

ITINERARIUM (jan.-março de 1965) — As pp. 118-123, Carlos Malheiro dá a história da comunidade de Taizé.

VIDA RELIGIOSA (maio-junho) — As pp. 146-153, M. Cabrerros de Anta. C. M. F., fala sobre as faculdades dos bispos em relação aos religiosos.

— As pp. 154-162, Gerardo Escudero, C.M.F., tece considerações sobre os membros que devem constituir o capítulo geral de uma ordem ou congregação.

CONFER (jan.-março de 1965) — As pp. 5-38, vem um estudo feito por Marcelino Cabrerros de Anta, C.M.F., sobre as faculdades e privilégios dos bispos segundo o *Motu Proprio Pastorale Munus* de Paulo VI.

— As pp. 39-61, Baldomero Jiménez-Duque fala sobre a atual crise nos seminários. Enumera como características atuais: auto-

ritarismo, formalismo, falta de abertura para o mundo fora do seminário e individualismo (falta de sentido eclesial e sentido litúrgico). De modo especial estuda o problema da autoridade (obediência) e liberdade.

— As pp. 63-94, Frei José Maria Martínez Alcaide, O.P., oferece um estudo mais amplo sobre a natureza da perfeição cristã.

SPONSA CHRISTI (junho de 1965) — As pp. 253-263, Frei Evaristo P. Arns, O.F.M., examina o problema dos nossos educandários e indica novos rumos.

— As pp. 272-273 está escrito como em algumas cidades da Alemanha moças estudantes se oferecem para substituir irmãs hospitalares, para que estas possam ter seu domingo livre.

LE CHRIST AU MONDE (n.º 3 de 1965) — As pp. 203-214 Père Noel Dunhe descreve *une nouvelle forme de mission populaire au Chili*.

— As pp. 222-234, o Mons. Pierre Veillot elabora princípios pastorais para a arquidiocese de Paris, mas válidos também em outros lugares.

— As pp. 235-246, a revista volta ao problema: nas terras de missões, qual atitude devemos assumir em relação às outras religiões?

— As pp. 247-252, Père Leo-Paul Bourassa apresenta alguns pensamentos de Père Jacques Loew sobre a espiritualidade do apostolado.

— As pp. 266-274, seguem dados estatísticos sobre o crescimento das populações e dos católicos nas diversas regiões do mundo.

CARTA AOS PADRES (n.º 1-2-3 de 1965). — As pp. 8-16, são-nos oferecidas considerações sobre Paulo VI e a política: "o Papa compreende que deve agir em um domínio espiritual... O importante para o Papa (e para cada episcopado nacional no seu domínio) é de participar do diálogo... Mesmo sobre a base de sua "soberania", ele não pretende se impor... Em definitivo, a grande ambição da Igreja é de estar presente para servir".

— As pp. 17-27, P. Fernando Bastos de Avila, S.J., pergunta se o socialismo é compatível com a consciência cristã. O denominador comum para os tão variados sistemas e regimes socialistas hoje vigentes é qualquer primazia do social sobre a pessoa. Isto supõe uma premissa ideológica: o socialismo doutrinário, repudiado por João XXIII. No socialismo político ou estatal, o Estado se transforma, de administrador responsável pelo bem comum perante a opinião pública, em órgão de poder de um partido único. O socialismo estatal, de direita ou de esquerda, é sempre mau. Nem o socialismo meramente econômico é admirável, porque não respeita suficientemente a propriedade privada. Outra coisa é se sobra apenas um *regime de socialização*: um processo sociológico global de integração crescente dos indivíduos em atividades comuns, muitas vezes sob a iniciativa e controle do Estado, como responsável pelo bem comum. É um processo bom e inevitável, porém com um risco, a saber: o socialismo.

— Da p. 28 à 38, Mildred Adams apresenta uma compilação do livro de Eduardo Frei Montalva: *América Latina: evolução ou explosão?* Oferece dados que são uma complementação à análise de Jacques Meert no artigo *A Igreja face à revolução social no terceiro mundo*, publicado neste número de nossa Revista. Examina

qual tem sido a influência da Igreja sobre o desenvolvimento social e econômico dos países da América Latina.

— As pp. 51-57, o Mons. Frederico Didonet examina os valores positivos e negativos da Ação Católica.

CIDOC INFORMA (15 de junho de 1965) — Publica o documento, redigido por Francisco Whitaker Ferreira, Marina Bandeira, Padre Gregory e Padre Osanan, enviado para uma reunião em Santiago do Chile, no qual estudam a possibilidade de realizar um plano de conjunto (Operação Triângulo) da América Latina, Estados Unidos e Europa, no sentido da promoção social e popular.

— Em seguida, Luis Alberto Gómez de Souza examina a atitude da Igreja em relação às instituições sociais: nos primeiros séculos, na Idade Média (tentação teocrática) e nos tempos modernos (*ghetto* católico e tentação dualista) e dá sugestões para a atitude dos católicos em nossa sociedade pluralista.

LUMEN (maio de 1965) — As pp. 412-425, Libânio Borges oferece uma síntese histórico-econômica sobre o seminário, seguida por observações de Júlio Vaz sobre formação e preparação pastoral nos seminários.

LIMIAR (n.º 7, abril de 1965) — As pp. 171-222, o Professor Jair Martins oferece um estudo histórico sobre as influências que no decorrer dos séculos, deixaram seus traços na família brasileira: índios, africanos, franceses, holandeses, alemães, italianos etc.

CONCILIUM (n.º 3, março de 1965) — As pp. 5-13, Hinz Schuster explica a natureza e função da teologia pastoral. É aquela ciência teológica em que se trata de realização, em contínuo exercício, da Igreja.

O objeto material é a Igreja, portanto todos os agentes de pastoral, com suas funções.

O ponto de vista formal é "o condicionamento da realização da Igreja através da situação de presente que para ela nunca deixa de ser atual".

Quanto à metódica da Teologia Pastoral, a reflexão sobre a situação do presente não pode ser feita apenas com uma análise sociológica e profana.

— As pp. 14-20, Karl Rahner, S.J., apresenta observações teológico-pastorais sobre o episcopado na doutrina do Vaticano II. Assinala que esta doutrina é desde já uma condenação clara de uma concepção "subcutânea" e latente na prática, que se revela em muitos fiéis e sacerdotes dos tempos modernos o segundo a qual um bispo é considerado como um empregado subalterno do Papa. A afirmação do Concílio de que a ordenação sacramental do bispo confere os três poderes (doutrinal, sacerdotal, pastoral) ainda irá provocar aos canonistas muitas dores de cabeça, porque não é fácil de conciliar com a doutrina há muito tradicional dos dois poderes fundamentais (*potestas ordinis* e *potestas jurisdictionis*). Também de futuro não será possível identificar direito e caridade, lei e fraternidade, carisma e instituição. Da colegialidade dos bispos entre si e com o Papa pode-se tirar esta conclusão: representantes dos bispos de toda a Igreja devem servir de apoio ao Papa no governo da Igreja universal. Como tal, não seria oportuno que esses bispos residissem permanentemente em Roma, pois tornar-se-iam igualmente funcionários da Cúria de

Roma. A Igreja universal é também o *Corpus Ecclesiarum*. Daí se deduz como princípio para determinar o âmbito de uma diocese: deve ser possível que nela se revele claramente a essência da Igreja. Podemos ainda acrescentar que o Concílio salienta a essência da comunidade concreta (da comunidade em redor do altar, da igreja local, da paróquia) enquanto verdadeira "Igreja". Se a comunidade local não é considerada como simples unidade administrativa, mas como Igreja, a sua forma concreta pode ser variável e historicamente condicionada, mas permanece sempre uma forma concreta da essência da Igreja, na qual *ture divino* se deve revelar o que é essa Igreja: a presença sacramental da Graça que perdoa e santifica, e a unidade dos homens na caridade.

— As pp. 21-34, François Houtart fala sobre pastoral de conjunto e planos de pastoral. A *pastoral de conjunto* nasceu na França, e seus autores principais foram Côn. Boulard e Père Motte, O.F.M., através de *mission générale*. A idéia de planos de pastoral nasceu nos países em vias de desenvolvimento, nomeadamente na América Latina e na África, certamente num paralelismo com os planos de desenvolvimento. Depois de refletir sobre a diferença entre ambos, indica seu conteúdo: muitas vezes se tem descrito a pastoral de conjunto como um esforço de coordenação, um trabalho em comum, porque a união faz a força. Embora semelhante definição comporte elementos de verdade, poderia conduzir também a uma estagnação completa da evangelização. Poderia ser a organização da rotina, a organização mais científica do *guelo* e o levantamento sistemático das barricadas. Não, a pastoral de conjunto, não; apenas uma questão de organização. É, sobretudo uma questão de procura em comum das necessidades de evangelização de uma região e dos meios de responder a essas necessidades. Não se trata apenas de organização, mas também de renovação de conteúdo. Isto coloca-nos imediatamente numa perspectiva fundamental. Não se trata apenas de um aspecto da pastoral, de um método apostólico ou de um setor particular da ação da Igreja. Trata-se da própria pastoral. Em seguida, acentua a necessidade de reflexão teológica e de pesquisa sociológica. Como exemplos cita: França, Roterdã, Bogotá, Chile, Congo-Léopoldville, Brasil etc. São necessárias como etapas: 1) conhecimento da realidade; 2) reflexão teológica; 3) elaboração de um programa; 4) elaboração de um plano e 5) revisão periódica do plano. O plano de conjunto não pode ser um certo número de inclusivas não integradas na base. Isso resulta que os padres ficam com a impressão de serem meros executantes de decisões tomadas nas altas esferas, sem que de qualquer forma tenham participação na sua elaboração.

— As pp. 35-45, J. Kerkhofs, S.J., discorre sobre o auxílio da Igreja aos países em desenvolvimento: em que consiste este auxílio? por que o auxílio da Igreja? deverá ser auxílio institucionalizado? deverá ser desinteressado ou tender para a evangelização? através de que canais? pode haver concorrência com auxílio provindo de outras fontes? que mensagem deve transmitir?

— As pp. 46-60, A. Fonseca, S.J., relata a experiência pastoral e as perspectivas na Índia.

— As pp. 62-69 Georges M. M. Cottier, O.P., analisa em que consiste a sedução do comunismo, especialmente para os países do terceiro mundo.

— As pp. 70-87, Fr. Houtart e J. Remy explicam a contribuição que a sociologia pode oferecer à pastoral. Apresentam ampla bibliografia.

Recensões Bibliográficas

EVELYN WAUGH — *A volta à velha mansão* (romance), trad. do original inglês por M. Alice Azevedo, Liv. AGIR, Rio de Janeiro, 1965, 1 vol., br., 210x140 mm, 352 pp., Cr\$ 3 000.

Este é... um livro religioso e, mais precisamente, um livro católico. Evelyn Waugh é, com Graham Greene, o grande romancista católico da Inglaterra. Vistos em sua superfície, nem os romances de Greene nem os de Waugh são edificantes, pois nem um nem outro introduz a religião como elemento a resolver os problemas dos personagens. Ambos reconhecem que o papel da religião é principalmente glorificar a Deus, antes de resolver nossos problemas. Resta que a visão de Evelyn Waugh em seu conjunto é menos atormentada que a de Greene. No princípio quase imperceptível, para no final do livro surgir em algumas cenas profundamente comovedoras, temos uma visão do homem como ser livre, mas responsável perante Deus.

ÂNGELO BIANCOTTI — *Carlos Borromeu*, trad. de Redovino Rizzardo, Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1965 1 vol., br., 220 x 150 mm, 288 pp.

Em meio sobretudo aos momentos mais cruciantes e confusos da História envia Deus aos homens seus instrumentos da verdade, exemplos de generosidade e de zelo, verdadeiros renovadores de vida humana e cristã. Numa época tão conturbada e decisiva como foi o século da Reforma e das Descobertas, quando a Igreja se reunia no Concílio Tridentino, foi que o Cardeal Borromeu de Milão impri-

miu nessa História o selo da Providência divina. Figura ilustre já aos olhos do mundo, ele foi acima de tudo grande ao serviço da Igreja, à qual ele dedicou o melhor de sua vida, como abade, como clérigo, como cardeal, como secretário de Estado da Santa Sé. Ele foi bem o *doador de luz* que ainda hoje ilumina aqueles que lhe conhecem a vida e lêem seus escritos.

Agora que um movimento de Renovação e de Caridade perpassa mais de perto e muito sensivelmente a Igreja toda, parece bastante oportuno evocar São Carlos Borromeu, imagem viva e fiel de renovação de vida pessoal, de irradiação apostólica. E outra não terá sido a preocupação do autor: ele no-lo retrata em cinco partes: 1) O mundo de Carlos; 2) A Reforma da Igreja; 3) O Pastor e o Rebanho; 4) O peregrino de Deus; 5) A Igreja da Caridade. São traços de matizes diferentes mas sempre harmoniosos, que nos fazem conhecer e apreciar o homem culto, o defensor da Igreja, o Bom Pastor, o Bom Samaritano... Austero e penitente consigo mesmo ele foi o amigo dos pobres e desventurados. Ele se fez tudo para todos, por amor de Deus e de sua Igreja. Não foi sem um sentido profundo que ele disse: *Uma só alma é diocese bastante grande para um bispo.*

É extensa a lista bibliográfica de que o autor lançou não para nos oferecer esta biografia. Nota-se o cuidado que ele tem em distinguir entre o real e o maravilhoso, entre a verdade dos fatos e certo gosto por apologias ainda bastante encontradão e nem sempre muito criterioso em se tratando deste gênero de literatura.

CARLOS BORROMEU — *A Renovação Veio de Milão*, aí está, pois, em excelente impressão, num texto discursivo e colorido, acompanhado de algumas gravuras, co-

mo obra digna do interesse e do valor que lhe confere a própria vida do imortal e santo Arcebispo de Milão.

B.N.

L I V R O S

Da Editora Vozes, Petrópolis, RJ:

KARI RAJNER, S.J. — *Missão e Graça*, 3.º vol., (Problemas de espiritualidade e pastoral), trad. do original alemão por Odilo Jaeger, S.J., 1965, 1 vol. br., 185x130 mm, 224 pp.

PAUL CLAUDEL — *A História de Tobias e Sara* (Drama lírico em três atos — XI da Col. "Diálogo da Ribalta"), trad. de Willy Lewin e Brutus Pedreira, 1965, 1 vol. br., 215x140 mm, 72 pp.

FR. LUIZ BERTRAND GORGULHO, O.P. — *Movimento Bíblico — Fato antigo e moderno*, n.º 8 da Col. "Igreja Hoje", 1965, 1 op. br., 220x150 mm, 48 pp.

DR. ALDO ROCHA — *Como educar nossos filhos?* (n.º 1 da Col. "Educar para a vida"), 1965, 1 op. br., 180x135 mm, 64 pp.

GUINO LOGGER, SCCC — *Educar para o cinema* (n.º 2 da Col. "Educar para a vida"), 1965, 1 op. br., 180x135 mm, 38 pp.

FR. MARCELO M. GOMES — *O Goleiro*, 1965, 1 op. br., 180x130 mm, 16 pp.

Concílio Vaticano II, Vol. IV, terceira sessão (set.-nov. 1964), compilado pelo Pe. Frei Boaventura Kloppenburg, O.F.M., s.d., 1 vol. enc., 220 x 155 mm, 640 pp.

R E V I S T A S

Do Brasil:

Cardernos Vocacionais — n.º 19 de 1965, São Paulo.

Carta aos Padres — abril-maio-junho 1965, São Paulo.

Cidade Nova — n.º 2-1965, São Paulo.

Convívium — maio 1965, São Paulo.

Igreja em Foco — ano II, n.º 7, Rio de Janeiro.

Limtar — julho 1965, Rio de Janeiro.

Revista Eclesiástica Brasileira — junho 1965, Petrópolis, RJ.

Vozes — junho 1965, Petrópolis, RJ.

Do Exterior:

Brothers Newsletter — vol. 7, n.º 1, 1965, Union City, N.J. (EUA).

Boletim da CIRM — Jan.-abril 1965, México.

Conciltum — maio 1965, Lisboa.

Itinerarium — abril-junho 1965, Braga (Portugal).

Lumen — junho 1965, Lisboa.

Prêtres Diocésains — junho-julho 1965, Paris.

Religieuses d'Action Hospitalière et Sociale — junho e julho 1965, Paris.

Rivista delle Religiose — junho-julho de 1965, Roma.

Seminários — maio-agosto 1965, Salamanca (Espanha).

Vinculum — março-abril 1965, Bogotá.